

Organizações Internacionais, o Brasil e a USP no futuro sustentável do mundo

Amanda Ferraboli¹

Introdução

O mundo torna-se cada vez mais complexo, dinâmico e globalizado; para acompanhar esse ritmo, tão importante quanto pensar e estudar teorias de Relações Internacionais é inserir o tema em questões práticas e de implementação de mudanças. O ambiente universitário configura-se como uma incubadora de profissionais que em um futuro próximo tornar-se-ão os tomadores de decisões nesse mundo complexo, dinâmico e globalizado. A Universidade de São Paulo, instituição pública de referência, tem enorme responsabilidade em prover a sociedade com conhecimento, discussões e, acima de tudo, soluções e profissionais capacitados para implementá-las.

Nesse contexto, o presente ensaio tem como objetivo sedimentar e dar continuidade às discussões que foram iniciadas no âmbito da disciplina Temas e Práticas em Relações Internacionais, que traz, no ano de 2016, um enfoque nas RI e na prática de Instituições Multilaterais, com destaque para a análise e implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030.

Este ensaio se divide em duas partes, a Parte I abordará a função e o crescente papel das Organizações Internacionais no suporte à promoção de um desenvolvimento sustentável mais efetivo em todos os países, bem como fará uma apreciação sobre a inserção e contribuição do Brasil para a temática. Como base toma-se as palestras de apresentação do Prof^o Joaquim Guilhoto (FEA/USP), “O Brasil no futuro do mundo” pelo Prof^o Jacques Marcovitch (FEA/USP) e “Origens e características das organizações multilaterais” pelo Prof^a Pedro Dallari (IRI/USP). Para expandir as discussões da Parte I, a Parte II trará o viés prático: as agendas específicas de algumas das mais importantes

¹ Aluna do último ano de Graduação do Bacharelado em Relações Internacionais. Desde 2012 integra o Núcleo de Estudos em Relações Internacionais (NERI/USP). Atua em multinacional do segmento de TI e tem interesse pelos temas inovação, inclusão tecnológica e digital, data science e empreendedorismo.

OIs, apresentadas por profissionais com grande competência e diversidade. São eles: Peter Poschen (OIT) e o trabalho decente; Joaquín Molina (OMS) e saúde e bem-estar universais; Bruno Ramos (UIT) e a revolução digital; Lucien Muñoz (UNESCO) e a transformação pela educação e cultura, e Niky Fabiancic (PNUD) e os desafios do desenvolvimento. Por fim, elaboram-se uma crítica conclusiva e sugestões de próximos passos que ultrapassam a sala de aula.

PARTE I

1. O futuro do Brasil e o Brasil no futuro do mundo

Quais os instrumentos essenciais para sobrevivência em um destino desconhecido? Que redes de contatos podem ser acionadas e diminuir os riscos? Se o destino desconhecido for o futuro... o Brasil estará preparado?

Sobre o futuro, o Prof^o Marcovitch destacou quatro ideias fundamentais, representadas por ícones, foram enfatizadas pelo docente. Em primeiro lugar, o paradoxo dos círculos do conhecimento: quanto mais se aprende, mais se tem consciência das limitações do próprio conhecimento, e mais se expande para fora da zona de conforto. Em segundo lugar, o símbolo π ("pi") representa uma base generalista que suporta uma atuação mais objetiva e especialista. O triângulo é o terceiro ícone, símbolo do espaço de atuação de uma entidade entre resultados, poder e valores; sendo desejável estar no centro desse triângulo. E por fim, o símbolo de "Wi-fi" representando a complementaridade da conexão entre horizontes: olhar para longe, mas agir agora.

Há tendências globais com as quais o Brasil precisa ter atenção. Mudança climática, crescimento demográfico, urbanização, comunicação, escassez energética e ameaça à biodiversidade suscitam riscos econômicos, geopolíticos, tecnológicos e ambientais. Além disso, o futuro nos reserva novas fronteiras na C&T. De acordo com o vídeo do Professor Patrick Aebischer (2016), ocorrem agora três Revoluções: Digital, Mecânica e Tecnológica.

Para construir o futuro é preciso sensibilidade estratégica, e a interação com outras culturas é essencial. Nesse sentido, destaca-se a apresentação do Professor Joaquim Guilhoto, atual Vice-Diretor da FEA, que embarca em breve para uma missão na OCDE. Cientista de dados, não há dúvidas de que sua experiência internacional contribuirá para repensar o posicionamento do Brasil frente aos desafios aqui apresentados. Guilhoto atua nessa Revolução Digital

com Big Data, e, de acordo com a leitura recomendada (OECD, 2016), um dos itens do Plano de Ação da Instituição para os ODS é o fomento aos dados para que se possa registrar o progresso na implementação desses Objetivos.

Uma citação do Professor Marcovitch, consolida bem a ideia deste primeiro seminário:

Cabe ao Brasil construir e disseminar um sistema de valores baseado no culto à dignidade humana, no combate à injustiça e à discriminação, na consolidação dos laços sociais através do convívio humano, e na mitigação dos riscos para evitar suas trágicas consequências. Para isso, o fomento às relações internacionais em direção a um mundo melhor deveriam estar no topo da agenda do multilateralismo como o da Organização das Nações Unidas. (MARCOVITCH, 2013, p. 127)

2. OIs como atores nas RI e os ODS

O assunto escolhido para a disciplina de Temas e Práticas em Relações Internacionais 2016, a saber, as Organizações Internacionais Multilaterais, tem relevância, segundo o Professor Dallari, como ferramenta no mundo contemporâneo quando atuam dentro de um contexto específico. Embora o Estado seja soberano do ponto de vista político e jurídico, no âmbito cultural e tecnológico, o hiperrelacionamento, a troca de bens e a circulação de pessoas fomentam a unificação e a internacionalização.

As OIs em geral respondem ao seguinte fenômeno: a presença de um ente em mais de um Estado. No entanto, a rigor, existem três tipos de Organizações Internacionais: a Organização Intergovernamental (OIG), a Organização Não-governamental Internacional (ONGI) e as Empresas Multinacionais. Nos seminários do presente semestre o foco será em OIGs, que serão doravante referidas apenas como OIs.

São três os elementos essenciais de uma OI: é formada por Estados (com raras exceções), é constituída sobre um tratado internacional e possui atribuições de personalidade jurídica internacional.

Como os ODS e as OIs se interligam? A Agenda de Desenvolvimento Sustentável Pós-2015 corresponde ao conjunto de programas, ações e diretrizes que orientarão os trabalhos da ONU e de seus países membros no período 2016-2030, rumo ao desenvolvimento sustentável organizado em 17 objetivos. Faz-se bom uso do argumento de Barnett & Finnemore, citado na leitura obrigatória prévia ao seminário, de que no âmbito das organizações internacionais, ocorre um processo social complexo de criação de normas, formação de conhecimento,

em que tarefas que cabem à comunidade internacional são definidas, tais como gerar desenvolvimento. Surgem novas categorias, como refugiados, difundem-se modelos de organização social e política, como a democracia liberal, e os próprios Estados podem redefinir seus interesses a partir dessa interação. (HERZ; HOFFMAN. 2004. p.15).

PARTE II

3. Trabalho decente e a Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A primeira conferência temática foi proferida por Peter Poschen, Diretor do Escritório da OIT no Brasil. Após breve histórico sobre a Organização, explicou que a OIT cria normas internacionais que estabeleçam um mínimo, embasado no tripé governo, trabalho e trabalhadores. Nesse contexto, o Trabalho Decente (TD) é um conceito que sintetiza a missão da OIT, definido em quatro dimensões concretas: geração de mais e melhores empregos, com impacto na renda das famílias; proteção social, como o Bolsa Família, que permite investimento em qualificação; promoção de direitos em convenções e diálogo social fortalecido nas tomadas de decisões. Há uma dimensão transversal de equidade, isto é, o TD é aplicado a todo e qualquer tipo de trabalho, até mesmo ao setor informal.

A OIT assume a governança da globalização econômica, seus relatórios enfocam o tema do desenvolvimento sustentável (Conferência Internacional do Trabalho 2013, Rio+20 e Agenda 2030), e nascem dessa relação entre trabalho e economia, à luz da constatação de que meio ambiente ainda é marginalizado. Mas afinal, qual o Futuro do Trabalho? Qual a oferta de TD que e compromissos relacionados à economia sustentável podem gerar no Brasil?

A atuação recente da OIT no Brasil contribui para os ODS com o combate ao trabalho escravo e infantil, e promoção de economias e empregos verdes ligados a florestas, etanol e energia solar que promovam o crescimento econômico (ODS 8), não-discriminação de gênero em termos de salários e tipos de trabalho (ODS 5), piso de proteção social (ODS 1), habitação social sustentável e inclusão social (Minha casa-Minha vida) (ODS 10) e formação profissional (ODS 4). Além dessa atuação mais recente, temas emergentes da OIT no Brasil incluem lidar com a crise econômica e a conseqüente ameaça ao TD; produtividade; reformas na legislação trabalhista e responsabilidade social do setor privado com os ODS.

Poschen discursará na comemoração de 70 anos da FEA/USP no âmbito do Ciclo de conferências Repensar o Brasil; diante da constatação de que as cadeias globais de produção não têm uma governança adequada, e as realidades entre a criação da OIT e hoje são muito diferentes, a atividade de Repensar o Brasil é exatamente o que a OIT, em cooperação com o governo e os trabalhadores brasileiros, precisa colocar em prática.

4. Saúde e bem-estar para todos e a Organização Mundial da Saúde (OMS) - Joaquín Molina - Representante da OMS/OPAS no Brasil

O segundo seminário temático contou com a presença do Dr. Joaquín Molina, representante da OMS/OPAS no Brasil, que iniciou a palestra contando um pouco sobre sua trajetória no campo da saúde em seu país natal, Cuba, seguida de uma apreciação breve sobre a história da saúde pública. A OMS nasceu em um contexto de saúde internacional fragmentada; diferente da situação atual de coordenação descentralizada que permite maior autonomia regional. Com escritório regional em cada continente, no Brasil, a sua atuação da OMS se dá através da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

Molina enfatizou que no âmbito da cooperação OPAS/OMS-Brasil, o objetivo estratégico é o alcance do direito universal à saúde por meio do Sistema Único de Saúde visando contribuir com os ODS e com um futuro de maior bem estar. No âmbito do ODS 3 o palestrante destacou as prioridades de diminuir as desigualdades no acesso à saúde; ampliação e divulgação do conhecimento por meio da cooperação técnica de caráter global, regional e nacional, que tem sido fortalecida pela cooperação Sul-Sul; retenção de cérebros nos países em desenvolvimento; controle de doenças transmissíveis negligenciadas e provisão de acesso a medicamentos e insumos de saúde.

Apesar dos claros desafios para o futuro, há evidências da forte e excelente atuação da OPAS/OMS no país, por exemplo, na expansão do acesso à Atenção Básica de Saúde (ABS) para milhões de brasileiros ou na cooperação para concretização do Programa Mais Médicos de acessibilidade à saúde para regiões mais carentes, por meio do recrutamento de médicos do Brasil ou do exterior. A OPAS/OMS Brasil possui um dos maiores orçamentos mundiais da organização justamente por conta do Programa.

Acima de julgar as diferenças entre os ODS e ODM, Molina enfatizou que o Brasil deve terminar aquilo que ficou pendente com os ODM: destaque para a mortalidade materna. Mitigar os riscos de complicações com a diminuição das cesáreas obrigatórias e regulamentação das condições de aborto, bem como universalizar atendimentos pré-natais e de trabalho de parto de alta qualidade são estratégias que a OPAS/OMS enxerga como essenciais.

5. A revolução digital e a União Internacional de Telecomunicações

A palestra de Bruno Ramos, Chefe do Escritório da UIT (Órgão das Nações Unidas para Telecomunicações e TI) para a região das Américas foi, no meu ponto de vista, a mais inspiradora dentre os seminários temáticos até o momento. Não só por meu interesse inato por tecnologia e atuação nesta área, mas observei que o engenheiro compartilhou sua trajetória profissional demonstrando persistência e caráter. Nós jovens fomos aconselhados a não trabalhar visando só ganhar dinheiro, mas fazer aquilo para o que temos vocação.

Bruno Ramos apresentou o histórico da organização e destacou que a UIT surgiu da necessidade de os países interagirem e conversarem, e teve um papel inicial muito técnico, para somente nos anos 2000 voltar-se para a temática da inclusão digital. Mas afinal, hoje, o que faz a UIT? O palestrante teve o cuidado de traduzir termos técnicos a uma linguagem comum e resumiu a atuação da agência em três setores. A UIT-R tem o papel de definir e gerenciar o quadro regulatório internacional para radiofrequência e órbitas de satélites, bem como desenvolver padrões mundiais de radiocomunicação. A UIT-T desenvolve padrões internacionais que sustentam as redes de comunicação com 200 a 300 normas novas aprovadas por ano. Por fim, a UIT-D, setor de atuação do palestrante, captura o que é discutido nos dois setores acima descritos e implementa nos países, facilitando o desenvolvimento e coordenando atividades de cooperação e assistência técnica.

A conexão com os ODS jaz em duas importantes constatações: as telecomunicações são a base para o desenvolvimento e a inclusão, e todas as atividades da UIT são voltadas para fazer a diferença no futuro próximo (5 anos)

para todos os países. Muito além das questões técnicas e de engenharia, a atuação da UIT aliada às novas TICs promove melhoria na educação (ODS 4), através de projetos inovadores de Big Data e Internet of Things (IoT) torna as cidades mais inteligentes (ODS 11) e permite a emergência de uma sociedade mais participativa (ODS 10), uma verdadeira “Sociedade em Rede”, para citar Manuel Castels.

6. O que faz a UNESCO no Brasil?

A UNESCO, Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura, foi tema da abordagem de Lucien André Muñoz, francês, representante da organização no Brasil. A atuação da UNESCO no Brasil e no mundo é relevante para os ODS principalmente no que se refere à educação, já que a Declaração de Incheon, adotada no Fórum Mundial de Educação 2015, na Coreia do Sul, conferiu à UNESCO a responsabilidade de liderar e coordenar a Educação 2030 por meio de orientação e apoio técnico no âmbito da agenda global dos ODS. Conhecimento, ciência e inovação são motores do desenvolvimento e dependem de uma educação básica de qualidade, um dos elementos essenciais de uma sociedade inclusiva e capaz de transformar sua diversidade em riqueza e conhecimento.

Há, no entanto, conforme exposto por Lucien Muñoz, sérios desafios a serem enfrentados pela Organização para que consiga atingir sua missão institucional. A falta de recursos é hoje o problema mais crítico da organização já que houve encerramento das contribuições financeiras dos Estados Unidos, e como consequência foram aplicados cortes de gastos, de recursos humanos e limitação do escopo de atuação da agência, já que a mobilidade do pessoal e a possibilidade de acesso a regiões afastadas foram diminuídas.

Nesse contexto, é importante destacar o conceito da UNESCO de economia criativa que aplica aos parceiros desempenhando papel relevante na ampliação de oportunidades de geração de emprego e renda, além de promover inclusão e desenvolvimento de capacidades. Educação deve ser fortalecida, em especial a formação profissional técnica. Cria-se, dessa forma, um círculo virtuoso de sustentabilidade social. Por meio das novas TICs, UNESCO poderia de certo modo se auto-aplicar o conceito de economia criativa, ao, por exemplo,

capacitando-se para desenvolver uma presença online mais forte com a divulgação da marca UNESCO, podendo gerar renda e visibilidade a seus projetos.

Vale destacar brevemente que no último dia 28 de Setembro, o Dia da Informação foi celebrado pela primeira vez, já que fora criado em novembro de 2015 pela UNESCO. Segundo a Agência Brasil, o objetivo ao criar a data foi o de promover o acesso universal à informação por meio de todas as plataformas, como uma maneira essencial de cumprir a Agenda de Desenvolvimento 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Lucien Muñoz na ocasião proferiu discurso sensato e inspirador, que aqui segue reproduzido:

A internet talvez seja a grande catalisadora disso, integrando tudo e todos. Mas eu gosto sempre de destacar que nem tudo que está nela é verdade. Tem que existir a cautela em alguns momentos. Isso sem mencionar algo muito característico do brasileiro, que é essa cultura do ódio. Nós, da UNESCO, percebemos isso de forma muito latente durante esse período de instabilidade política e econômica. É preciso acabar com este pensamento.

7. O PNUD e os Desafios do Desenvolvimento Sustentável no Brasil

A palestra de encerramento da primeira parte do curso trouxe Niky Fabiancic, argentino, representante residente do PNUD no Brasil. Fabiancic demonstrou-se muito grato pela oportunidade de estar em contato com a USP, com o que chamou de formadores de opiniões, além disso, enfatizou a emergência de um novo modelo de crescimento inclusivo e sustentável e a necessidade de disseminar um debate sobre essa transformação, invocando a USP como uma parceira fundamental nesse desafio.

Fabiancic destacou que o PNUD possui 120 projetos abrangentes no Brasil e que a questão climática está intimamente conectada aos riscos de desastres naturais, destacados pelo Prof^o Marcovitch já no primeiro seminário, e à necessidade de uma agenda de sustentabilidade.

Para o palestrante, os ODS foram criados de forma muito mais participativa que os ODM. Mesmo assim, destacou que os últimos foram um marco na política de desenvolvimento global, tendo o Brasil como grande líder do movimento de combate à pobreza de maior sucesso que se tem conhecimento. O IDH, segundo o palestrante, evidencia os avanços do início do

milênio no Brasil que em uma década extinguiu mais da metade dos índices classificados como “Muito Baixos”. A Agenda de 2030 é inovadora no sentido em que funde as dimensões social e de sustentabilidade, e tem caráter igualitário ao abranger todos os países sob o lema “Não deixar ninguém para trás”. Mas afinal, por que seria necessária uma nova agenda? Fabianci destacou o papel dos ODS como framework de orientação para políticas públicas e enfatizou, por fim, a importância da complementaridade entre todos os ODS em detrimento de análises isoladas.

Conclusão

Na primeira parte da disciplina ficou evidente que discutir a prática em RI é responder a uma necessidade orgânica de um mundo cujas fronteiras são incertas. Ficou evidente também que as OIs, apesar de não possuírem a tradicional soberania e o poder dos Estados, são organismos que ganharam relevância para a cooperação e como espaços de interação e acordos que fomentam ideia e implementam soluções. Portanto, hoje, acredito que seria inconcebível imaginar um mundo que pudesse se desenvolver de modo eficiente e sustentável sem que houvesse essas entidades supranacionais para orientar essa sinergia.

O tema da participação do Brasil no futuro do mundo é enriquecedor ao localizar os alunos nesse contexto ambíguo de riscos e oportunidades de desenvolvimento. A teoria de Relações Internacionais e OIs é essencial para que possamos transcender ao campo prático, sem descuidar do rigor jurídico e precisão de investigação.

Ao final do bimestre, destaco o intenso *Call to Action* que esses seminários provocaram em seus interlocutores. Certamente a expansão da disciplina, dos conceitos e das ideias para além da sala de aula seriam bem recebidas pelos alunos. Muitos representantes das OIs enfatizaram a necessidade de participação e engajamento com o público, ainda mais ao se tratar de um público bem informado e interessado como a comunidade USP, acredito que incluir no âmbito do curso uma atividade paralela de fato prática em parceria com alguma das Organizações seria fascinante.

Finalizo com uma citação simples, porém marcante do palestrante Bruno Ramos: “Busquem fazer a diferença!”

Referências

AEBISCHER, Patrick. “**How Science is Transforming the World: a 2030 Perspective**”. Graduate Institute. 86 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JDwD6k7E1As>> . Acesso em: 04 Out. 2016.

AGÊNCIA BRASIL. “**Dia Internacional do Acesso à Informação é celebrado no Rio**”. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-09/dia-internacional-do-acesso-informacao-e-celebrado-no-rio>. Acesso em: 05 Out. 2016.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea R. “**Organizações Internacionais: história e práticas**”. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 10ª reimpressão.

MARCOVITCH, Jacques. **O Brasil no Futuro do Mundo**. Ciclo “Futuro do Presente - O Brasil Imaginado”, 2013.

OECD. “**Measuring Distance To The SDGs Targets - A pilot assessment of where OECD countries stand**”. Better Policies for Better Lives. Julho, 2016.

Novos Desafios das Relações Internacionais: Entidades Multilaterais e Desenvolvimento Sustentável

Amira Ferraboli²

1. Introdução

Pedro Dallari ressaltou na aula de apresentação da disciplina Temas e Práticas em Relações Internacionais (TPRI), citando fala de Felipe González, que nossa missão, como futuros formulares de políticas públicas e tomadores de decisão, sobretudo no âmbito internacional, é nos preparar para o desconhecido. No passado, afirmou o professor, sabíamos quais seriam os desafios do futuro. Hoje, contudo, tudo está muito mais globalizado e complexo, e certezas sobre o que está por vir são raríssimas.

Aprendemos já nesse primeiro encontro que todo tipo de preparação para lidar com esse desconhecido é válida. O professor Jacques Marcovitch ressaltou,

² Aluna do último ano do curso de Relações Internacionais na Universidade de São Paulo. Número USP 7966417.

após pequena palestra do professor Joaquim Guilhoto sobre sua trajetória, a importância de fazer escolhas e reunir pequenas experiências que nos conduzirão a determinadas oportunidades e posições futuras. No caso de Joaquim Guilhoto, os pequenos degraus que foi subindo o levaram a ser convidado a ocupar um prestigiado cargo técnico na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Tendo em vista o objetivo do curso de oferecer alternativas de aplicação dos conhecimentos adquiridos no campo das Relações Internacionais e propor reflexões acerca do nosso papel como profissionais e cidadãos; para o ano de 2016 as Entidades Multilaterais foram escolhidas como o tema norteador das discussões da disciplina de TPRI. Fruto de valioso esforço dos professores Pedro Dallari e Jacques Marcovitch e da monitora Juliana Marra, o curso foi estruturado em sessões semanais nas quais representantes de diversas Entidades Multilaterais nos contaram sobre suas trajetórias e escolhas, sobre a atuação das organizações que representam no Brasil e sobre contribuições e desafios dessas organizações na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).²

Este ensaio tem por objetivo discorrer sobre os principais pontos abordados nos seminários apresentados pelos ilustres conferencistas e fazer uma apreciação crítica das questões e soluções abordadas.

2. O Brasil no Futuro do Mundo

Em sua exposição, Jacques Marcovitch procurou introduzir algumas ideias relativas ao futuro do Brasil e de nós, alunos, no mundo. Fez-se uma analogia com algumas perguntas que, em geral, são feitas por um imigrante a si próprio a fim de ilustrar qual deveria ser nossa reflexão acerca de nosso papel no mundo. Para onde vamos? Com quem podemos contar? O que deve ser levado para garantir nossa sobrevivência? Quais são os riscos e oportunidades? Como podemos chegar ao destino com vida? Qual a reserva mínima que devemos ter? Qual deve ser nossa atitude?

Sem dúvida tal reflexão se aplica perfeitamente à vida de jovens internacionalistas procurando seu lugar no mundo, mas acredito também que encaixe bem à sociedade brasileira como um todo. Diante das tendências

mundiais e dos riscos aos quais estamos expostos devemos, como formuladores de políticas, refletir sobre os rumos do país; sobre nossos parceiros; nossas ferramentas tais como novas tecnologias; nossas vantagens comparativas e pontos de vulnerabilidade; nossos objetivos em longo prazo e maneiras de atingi-los; e finalmente, sobre nosso comportamento no cenário externo.

Jacques Marcovitch destacou também a importância de se criar uma rede de contatos, uma network, para que dessa maneira, a diversidade crie oportunidades. Conforme ressaltou o professor, isso pode ser feito até mesmo na sala de aula, quando um aluno se dá a chance de sentar ao lado de um desconhecido e passar a conhecê-lo. Evidentemente, isso se aplica de maneira

2 Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma agenda proposta pela Organização das Nações Unidas em agosto de 2015 com o objetivo de orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos quinze anos, sucedendo e aprofundando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Os ODS são compostos por 17 objetivos e 169 metas com diferentes temáticas que se complementam: erradicação da pobreza, saúde, educação, sustentabilidade, inovação, entre outros.

Análoga ao Brasil como um todo. As autoridades, os tomadores de decisão, os acadêmicos, os empresários, todos devem apostar nessa rede de contatos para garantir uma posição de destaque no mundo para o Brasil do futuro. No que se refere em especial ao papel da Universidade, ficou bastante claro pela apresentação do professor e pelas leituras prévias da aula, principalmente o código de ética da Universidade de São Paulo, que ela tem um papel extremamente relevante no progresso social, justamente por proporcionar diálogos e intercâmbios; e por trazer inovações à sociedade.

Por fim, cabe ressaltar nesse contexto alguns ícones com importantes significados que nos foram apresentados por Jacques Marcovitch e que considero que devam ser considerados ao longo de toda nossa trajetória. Em primeiro lugar os círculos do conhecimento formando um paradoxo: quanto mais conhecemos mais tomamos consciência das limitações de nosso conhecimento. Na sequência, o dilema dos dois pilares que nos mostram a necessidade de ser

especialista em algum tema. Em terceiro, o triângulo com valores, poder e resultados em suas extremidades, nos lembrando o quão importante é tentar estar no ponto médio, no equilíbrio. Finalmente, a complementariedade de horizontes, que recomenda que olhemos o futuro para agir no presente.

3. As Organizações Multilaterais

Em sua exposição, continuando o trabalho de Jacques Marcovitch de oferecemos uma contextualização e uma visão panorâmica a respeito da disciplina, Pedro Dallari tratou de discorrer sobre as características e funções das Organizações Multilaterais, foco do curso neste semestre.

Conforme exposto, as Organizações Multilaterais (OMs) se diferenciam das Organizações Não-Governamentais Internacionais e também das Empresas Multinacionais, na medida em que são compostas exclusivamente por Estados. Uma segunda característica essencial e endêmica das OMs é a existência de um documento constitutivo em formato de um tratado internacional a ser observado pelos Estados membros da organização. Por fim, foi apresentada a terceira característica diferenciadora das OMs: a personalidade jurídica que elas gozam no cenário internacional.

Conforme ressaltam Herz e Hoffman, as cerca de 238 Organizações Multilaterais existentes são hoje parte essencial da política externa e da vida social no Brasil e no mundo. Dessa forma, justamente conforme diagnosticado pela disciplina de TPRI é necessário que todos tenhamos um olhar atento às suas atividades e objetivos.

O papel dessas OMs está no que se convencionou chamar governança global. Procedimentos de resolução de disputas, ajuda humanitária, decisões sobre a utilização de força militar, programas de assistência ao desenvolvimento e administração de cooperação são, por exemplo, algumas das práticas que produzem a governança global (Herz e Hoffman, 2004). No entanto, essas OMs claramente não atuam sozinhas na construção dessa governança. Há a latente necessidade de se criar parcerias com governantes, grupos de especialista,

acadêmicos, empresários do setor privado e demais associações do nível doméstico em diversos países para que seus objetivos gozem de sucesso.

Nesse contexto, o diálogo e o mútuo conhecimento entre OMs e nós, alunos e futuros tomadores de decisão em nível doméstico e internacional se faz extremamente relevante. A apresentação e palestra dos representantes das OMs convidados pela organização da disciplina de TPRI surge, então, como oportunidade perfeita para esse tipo de intercâmbio.

4. Trabalho

Após os dois primeiros encontros da disciplina voltados à apresentação e contextualização do tema da disciplina, foram iniciados os seminários específicos com representantes de importantes Entidades Multilaterais. Peter Poschen, representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil foi o primeiro que nos honrou com sua presença.

Poschen nos contou que a OIT é a segunda organização mais antiga do sistema ONU e que atua no sentido de promover a justiça social e reconhecer internacionalmente os direitos humanos e trabalhistas. De acordo com o palestrante, a OIT trabalha para a convergência de quatro objetivos estratégicos no cenário global: geração de mais e melhores empregos, promoção de direitos no trabalho, fortalecimento do diálogo social e extensão da proteção social.

Nesse contexto surge o conceito de trabalho decente. Trata-se de uma modalidade de trabalho que seja ao mesmo tempo produtiva e de qualidade e que tenha como premissas a equidade e a dignidade. Naturalmente, a OIT busca ampliar ofertas de emprego que se enquadrem nessa moldura. Para além disso, figura como meta da organização a ampliação do número de trabalhos verdes. No Brasil em especial, a OIT tem atuado nos últimos anos no sentido de combater o trabalho infantil e escravo e a discriminação no mercado de trabalho.

Tendo em vista essas questões, não há dúvidas de que há uma intensa coordenação entre os objetivos e o trabalho da OIT e os ODS. Há um evidente diálogo entre os ODS 1 (Erradicação da Pobreza), 5 (Igualdade de Gênero), 8 (Emprego Digno e Crescimento Econômico) e 12 (Consumo e Produções Sustentáveis) e a agenda da organização. Somente por meio de um emprego

decente é possível elevar o nível de renda e escapar das vulnerabilidades que levam à pobreza. Da mesma forma somente através dos trabalhos verdes pode-se pensar em indústrias sustentáveis.

Por fim, cabe citar aqui uma questão interessante levantada durante a rodada de perguntas. Questionou-se Poschen o porquê de as Entidades Multilaterais, com exceção da OIT, não fornecerem remuneração a seus estagiários. Naturalmente o palestrante defendeu que essa remuneração deveria existir e sugeriu que a pergunta fosse feita aos demais palestrantes que viriam na sequência. Acredito que a função de estagiário das OMs deva estar também inserida no escopo do trabalho descente e, portanto, deva promover, acima de tudo, a equidade. Infelizmente, um profissional de renda baixa ou média não tem condições de participar de um estágio não remunerado, sobretudo no exterior. Este é, portanto, um ponto a ser trabalhado; e a OIT como defensora desse conceito tem espaço para exercer pressão por mudanças.

5. Saúde

O tema da saúde foi tratado por Joaquín Molina, representante da Organização Mundial da Saúde – Organização Pan-Americana de Saúde (OMS-OPAS) no Brasil. O palestrante iniciou sua apresentação contando que antes de ocupar cargos na OMS trabalhava no Ministério de Saúde cubano lidando com questões gerais da saúde da sociedade de seu país. Nesse exemplo acredito que fica bem claro como nossas experiências moldam nosso caminho futuro. Molina já demonstrava interesse pela saúde pública em Cuba e foi questão de tempo até que surgisse a oportunidade de ampliar horizontes e ir trabalhar para a OMS-OPAS, a serviço ainda dos cidadãos cubanos, mas também de todos os outros cidadãos do mundo.

Na sequência, Joaquín Molina discorreu sobre a história do sistema internacional de saúde, que costumava ser bastante fragmentado em meados do século XIX, e destacou alguns importantes resultados obtidos pela OMS em conjunto com governos e demais parceiros ao longo dos séculos XX e XXI, como a erradicação da varíola, da rubéola e do sarampo.

Para o caso específico do Brasil, conforme exposto pelo palestrante e pelo material de leitura prévia, a OMS vê, principalmente, uma necessidade de

melhorar e ampliar o acesso à infraestrutura de saúde e a medicamentos – um direito humano de todo cidadão em realidade - e de controlar doenças negligenciadas, sobretudo nas zonas fronteiriças. Nesse sentido, teve destaque positivo na fala de Joaquín Molina o “Programa Mais Médicos”, grande justificativa do elevado orçamento da OMS-OPAS no Brasil.

Em relação à participação da OMS na implementação dos ODS, Joaquín Molina, em primeiro lugar, fez questão de estabelecer uma diferenciação entre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e os ODS. Afirma que, enquanto os primeiros foram formulados pelo secretariado e dirigidos aos países pobres, os últimos foram concebidos de maneira muito mais participativa, com intenso acompanhamento da OMS inclusive, e foram destinados a todos os países do mundo. O palestrante ressalta ainda que todos os 17 ODS são relevantes para a área da saúde.

6. Telecomunicações

Vivemos a maior revolução da comunicação e da informação da história. Hoje, 40% da população mundial têm acesso à Internet e diversos grupos tais como deficientes e populações carentes experimentam uma melhora sem precedentes em sua qualidade de vida por conta das novas ferramentas tecnológicas digitais (Banco Mundial, 2016). Apesar desse evidente progresso no campo, em contrapartida, milhares de cidadão permanecem completamente desconectados e à margem dessa grande revolução.

Bruno Ramos, chefe da União Internacional de Telecomunicações (UIT) no Brasil destacou em sua fala a o crucial papel que a organização que representa desempenha na revolução e na democratização digital. Segundo o conferencista, vivemos uma realidade em que as discussões acerca das telecomunicações migraram de uma plataforma muito mais técnica para outra voltada ao desenvolvimento e à inclusão digital.

Nesse sentido, a implementação dos ODS parece dialogar fortemente com os propósitos da UIT. Conforme ressaltou Bruno Ramos, as tecnologias da informação e comunicação (TICs) podem ser justamente utilizadas para promover progressos nos mais diversos campos, em conexão a todos os ODS; afinal sustentam todas as atividades que as sociedades desenvolvem, desde o

abastecimento de água potável nas casas e proteção ambiental até a elaboração de aulas para crianças.

Apesar da revolução das TICs fomentar oportunidades de desenvolvimento, os benefícios oriundos dela somente se materializarão em sua integralidade se todos os países continuarem a investir em educação e saúde de qualidade e em práticas de boa governança (Banco Mundial, 2016). O sucesso das TICs, portanto, caminha lado a lado com a erradicação da pobreza e com a prosperidade generalizada; afinal enquanto houver pessoas digitalmente marginalizadas, não se pode falar em triunfo da tecnologia.

Conforme ressaltado em relatório do Banco Mundial, caso não se caminhe nesse sentido, os frutos das novas tecnologias não poderão ser usados para combater as desigualdades e elevar a produtividade nas sociedades (Banco Mundial, 2016).

7. Educação e Cultura

Lucien Muñoz, representante da UNESCO no Brasil tratou de discorrer sobre os planos de atuação da organização que representa e os desafios a ela imputados.

Em seu “Programa para o Brasil” de 2013, a UNESCO, em claro diálogo com os ODS, reconhece a importância do tema da sustentabilidade para o desenvolvimento do Brasil nos próximos anos. Nesse cenário, estabelece que sua contribuição se daria, então, na construção dos pilares da sustentabilidade socioeconômica, através da ampliação de oportunidades de emprego e geração de renda; do desenvolvimento de capacidades específicas; da formação técnica; da inclusão; da preservação cultural; do desenvolvimento da ciência; e, sobretudo, da promoção da educação básica.

Conforme discutido pelo palestrante, há, no entanto, alguns desafios ao desenvolvimento das atividades da UNESCO. Em primeiro lugar, Lucien Muñoz revela que a estrutura verticalizada e pouco flexível da organização não favorece mudanças e por vezes não se adapta ao dinamismo de países como o Brasil, dificultando a concretização dos objetivos da organização.

Também, de acordo com o palestrante, a crise mundial e desentendimentos com os Estados Unidos – o principal financiador da organização - têm imposto

diversas limitações de recursos ao escopo de atuação da organização e tem fomentado uma reflexão acerca de uma possível reforma estrutural entre seus representantes. Nesse sentido, discute-se que o uso das TICs já citadas pelo palestrante Bruno Ramos, poderiam auxiliar a UNESCO em seu processo de reinvenção, podendo, por exemplo, melhorar o acesso a informação - pela digitalização de documentos, por exemplo - e o fluxo de processos da organização; ou então dar suporte a programas inovadores e inclusivos nas áreas de educação e cultura.

8. Desenvolvimento Social

No último encontro da primeira parte do curso, o conferencista Niky Fabiancic, representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) ressaltou a importância da organização no Brasil, que conta com mais

de 120 projetos no país atualmente. Afirmou, também, que o PNUD visa atualmente ao estabelecimento de um novo modelo de crescimento que seja inclusivo e sustentável. Convidou, então, a USP e seus membros a serem parceiros do PNUD nessa empreitada, sobretudo através da promoção desse debate nos círculos intelectuais e decisórios do Brasil.

Para Fabiancic os ODS representam um marco na política de desenvolvimento, afinal passam a reunir em um único processo duas dimensões que costumavam ser tratadas de forma dissociada, a social e a do desenvolvimento sustentável. Acrescenta, ainda, que essa nova agenda deu um segundo grande passo ao ter um foco global e não mais voltado a países em desenvolvimento.

Voltando-se para o caso específico do Brasil, o palestrante apresentou, na sequência, interessantes gráficos relativos ao desenvolvimento humano no país. No decênio 2000-2010, ficou evidente que os avanços sociais no país, medidos pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), foram imensos. Diversos municípios brasileiros migraram de uma situação de baixo para alto IDH. Ainda assim, notamos que algumas comunidades permanecem completamente marginalizadas no que se refere, por exemplo, a oportunidades de obter educação de qualidade e renda satisfatória.

Outra fonte gráfica apresentada pelo conferencista refere-se a um gráfico de dispersão associando as variáveis IDH e pegada ecológica, inserido no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2016. Felizmente, o diagnóstico é de que o Brasil tem uma posição bastante próxima no chamado “quadrante do desenvolvimento sustentável”, quer dizer, tem um elevado IDH ao mesmo tempo em que possui uma pegada ecológica baixa.

Por fim, Fabiancic ressaltou a importância de encarar os ODS como uma única massa sólida e indivisível, capaz, portanto, de fomentar conexões e sinergias entre atores de diferentes áreas e organismos, que têm o objetivo comum de trabalhar para a implementação desses ODS. Nesse sentido, a organização dos governos em nível doméstico de forma setorial e fragmentada destoa do que é proposto pelo PNUD e se coloca como um desafio ao estabelecimento dessas conexões.

9. As mulheres

Por fim, acredito ser válido fazer um breve comentário sobre a importante menção de diversos palestrantes dessa primeira parte do curso a temas relacionados ao bem-estar das mulheres e à luta pela igualdade de gênero. Peter Poschen discorreu sobre a importância da igualdade de gênero no mercado de trabalho. Joaquín Molina ressaltou a necessidade de lidar e combater as excessivas cesarianas no Brasil. Niky Fabiancic falou sobre o avanço feminino nas Entidades Multilaterais.

Foi gratificante perceber que os palestrantes dessa primeira parte do curso vêm de diferentes áreas profissionais e que trazem consigo valores bastante diversificados. Para ampliar esta gama de diversificação a maior presença de mulheres nas Entidades Multilaterais seria essencial. Sem dúvida há exemplos que mostram que caminhamos nesse sentido, como a diretora-geral da OMS, Margaret Chan e a diretora da OMS-OPAS, Carissa Etienne. Esperamos que num futuro breve essa tendência possa ser intensificada.

10. Conclusão

Em breve conclusão, gostaria de registrar minha satisfação com as palestras realizadas e meu entusiasmo com as discussões que estão por vir. Tem sido um

enorme prazer acompanhar os conferencistas tanto pelas excelentes discussões acerca dos objetivos e projetos das Entidades Multilaterais que representam, como pelos inspiradores depoimentos de suas trajetórias. Para mim, que finalizo meus estudos de graduação na USP neste semestre e embarco em uma jornada de novos desafios, essa disciplina não poderia ter sido mais adequada.

Gostaria, também, de ressaltar um fato que me chamou a atenção durante essa primeira parte do curso. Ao que pude perceber todos os palestrantes têm grande conhecimento dos trabalhos uns dos outros. Essa relação próxima e complementar entre diferentes entidades que perseguem um objetivo comum e indivisível como a agenda 2030 me parece essencial para o sucesso.

11. Bibliografia

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2016: Dividendos Digitais. Washington: The World Bank Group, 2016.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. Organizações internacionais: histórias e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MARCOVITCH, Jacques. O Brasil no futuro do mundo. Revista Brasileira, Fase VIII (out., nov., dez.), ano II, nº 77. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: UNIC Rio, 2015.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Código de Ética. São Paulo: USP, 2001.

Arthur Rosenberger Cimatti³

Introdução

O presente ensaio busca apresentar conceitos de forma crítica e relacionar os temas e conteúdos abordados nas palestras e seminários da disciplina Temas e Práticas em Relações Internacionais, coordenada pelos professores Jacques Marcovitch e Pedro Dallari e ministrada por dirigentes de renomadas entidades convidadas no assunto proposto aos estudantes das mais diversas áreas de enfoque da Universidade de São Paulo.

Os temas desenvolvidos até hoje visam aprofundar o conhecimento dos estudantes quanto aos desafios enfrentados pelas agências multilaterais no Brasil e seus futuros projetos, analisando e aprimorando o estudo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030, com o intuito de levar senso crítico aos alunos, na busca de uma sociedade mais integrada e sustentável.

Este ensaio abordará cada uma das palestras e aulas ministradas, a fim de expor conceitos e as visões dos palestrantes, de forma a gerar um ponto de vista crítico e garantir os objetivos supracitados.

Finalmente, será feita uma sucinta conclusão acerca dos temas abordados, na tentativa de relacioná-los de forma crítica e mostrar ao leitor a importância das relações entre os países na construção de um mundo mais cooperativo e humano.

Seminários

O Brasil no futuro do mundo

O primeiro seminário, ministrado pelo Professor Jacques Marcovitch, buscou mostrar o contexto no qual o Brasil está inserido, partindo da crise financeira de

³ Aluno de graduação do terceiro ano de Engenharia Mecânica, na Escola Politécnica da USP. Interessado no curso de Relações Internacionais, cursa BRI-0001 como optativa livre.

2008, passando por um conjunto de transformações que tanto o Brasil quanto o resto do mundo sofreu (geopolítica e socioeconomicamente) até se chegar ao cenário atual, para então fazer um estudo acerca do que o futuro nos reserva e como lidar, concomitantemente com outras organizações internacionais, com os desafios econômicos, sociais e humanos (“As Metas do Milênio”) a fim de tornar o mundo um lugar mais habitável. Além disso, Marcovitch apresenta uma visão mais humana do contexto mundial em que estamos inseridos, apresentando o paradoxo de que quanto mais se aprende, mais há o que se aprender e a disputa “visão generalista x visão específica”.

Inicialmente Marcovitch nos situa no cenário mundial do começo do século XX: caótico pós-crise de 2008, onde muitas economias foram fragilizadas e o precipício existente entre as classes mais favorecidas e as menos favorecidas aumentou, tendo como causa o assustador número de desempregados ultrapassando a casa dos 200 milhões, um crescente número de pobres e um descompasso injusto entre as enormes taxas de crescimento do lucro das empresas e o respectivo pequeno aumento salarial de seus funcionários.

Além dessa contextualização, o Professor nos deixa clara a ideia de que uma mudança será necessária num futuro não tão distante em diversos aspectos, já que as especulações para o futuro são “preocupantes”: uma população alcançando os 9 bilhões e a demanda por alimentos e energia subindo proporcionalmente; um crescimento considerável da densidade demográfica em áreas urbanas culminando num problema de geração de moradias decentes e dignas de serem habitadas; um aumento expressivo no número de veículos automotores, afetando o meio-ambiente, a biodiversidade e causando mudanças climáticas; e tudo isto inserido em um mundo que desprende mais de dez vezes mais recursos em gastos militares do que em gastos de cooperação internacional com outras entidades.

A fim de superar essas dificuldades, Jacques prevê que o Brasil siga os passos e planeje o seu futuro tendo como base países nos quais os desafios inerentes ao desenvolvimento existam mas que são muito amenizados pelo fato de suas sociedades serem mais organizadas e sólidas: como por exemplo o aumento da capacidade de inovação como consequência de um sistema educacional eficiente e uma vasta infraestrutura tecnológica.

Nesta palestra, ficou extremamente visível o ponto que o Professor Marcovitch quis expor: a necessidade de uma mudança em inúmeros aspectos (como a mudança na matriz energética e preservação de recursos naturais, por exemplo) a fim de se preservar o mundo de hoje para as próximas gerações e que estas mudanças só seriam passíveis de serem feitas estabelecendo-se alianças com entidades globais e metas comuns (ONU e as Metas do Milênio, por exemplo), unificando os esforços em prol de uma causa comum.

Origens e características das organizações multilaterais

Dado a necessidade da aliança entre diversos organismos internacionais na busca de um objetivo comum, o seminário do professor Pedro Dallari foi fundamental.

Como dito anteriormente, o seminário do Professor Pedro se fez de suma importância já que hoje as organizações internacionais (OIs) são os elementos principais para lidar com o mundo diversificado e abrangente em que vivemos. Essas organizações estão presentes nos mais diversos assuntos de interesse mundial, desde tratados acerca da preservação do meio-ambiente até operações de paz, tentando estabelecer uma espécie de “governança global” que agrade a todos.

Dallari se preocupou em definir o conceito de uma organização internacional, de forma a apresentar desde a concepção deste conceito até o funcionamento das OIs modernas, fazendo com que o aluno pudesse acompanhar com mais clareza e propriedade os seminários seguintes ministrados por representantes de OIs no Brasil.

O seminário começou a abordar a situação mundial no século XVII, com a Paz de Vestafália que estabeleceu a soberania dos países e a lógica Vestfaliana. Chegando no século XX, surgiram as OIs, que possuem tratados constitutivos que formalizam sua criação e são agências que agregam vários estados, de acordo com o professor Pedro. As OIs são divididas em Organizações Internacionais Intergovernamentais (OIGs) e Organizações Internacionais Não

Governamentais (ONGIs) e são a forma mais institucionalizada de se fazer uma aliança internacional.

As OIGs são peculiares pela ausência de uma cultura comum (o que pode ser um fator complicador), pela impossibilidade do uso da força e possuem uma “burocracia moderna”, sede física e orçamentos a serem cumpridos. Além disso, são os principais órgãos de cooperação internacional, apesar de dependerem dos Estados-membro para adquirir legitimidade e possuem uma “obrigação moral” de estabelecer os acordos entre países a fim de atingir um objetivo comum.

Foi apresentado o conceito de ad hoc: os “arranjos ad hoc” e as “cortes ad hoc”. O primeiro conceito diz respeito a cooperação entre países por um determinado período de tempo para resolver uma situação específica, enquanto o segundo tem como objetivo o julgamento de crimes contra a humanidade (Tribunal Penal Internacional). Além disso, foram apresentadas outras definições técnicas, como o conceito de “regimes” no conceito de alianças internacionais, que são arranjos entre os Estados para ditar as relações entre esses países em determinado assunto, definindo seus “princípios” e “normas”.

Trabalho decente e a Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Uma vez esclarecidas as necessidades de se trabalhar com organizações multilaterais e estudados mais a fundo os conceitos que as definem, partiu-se para o primeiro seminário de uma organização internacional, a OIT.

Peter Poschen, diretor do escritório da OIT no Brasil, apresentou seu seminário apontando a história da OIT, seus objetivos no Brasil, os desafios aqui enfrentados e o futuro do trabalho no Brasil. A OIT chega hoje como o único braço da ONU com estrutura tripartite, responsável principalmente pelo respeito aos direitos trabalhistas e com um corpo de 187 Estados-membro.

Inicialmente Peter comenta o conceito de “emprego decente”, estabelecido como um dos objetivos a serem garantidos aqui no Brasil e definido como a criação de uma série de condições de trabalho (como segurança e equidade) a fim de garantir um trabalho produtivo aos homens e mulheres do país. A palavra “produtivo” foi destacada, pois Peter enfatizou muito a questão da produtividade

em seu seminário, dizendo que esta seria um grande problema a ser enfrentado pelo Brasil num futuro próximo, pela entrada de jovens no mercado de trabalho e o boom demográfico, é que essa baixa produtividade poderia afetar diretamente o futuro do trabalho no país.

Foi apresentado aos alunos a relação entre a OIT, o trabalho decente no mundo e sua relação com o desenvolvimento sustentável. Nesse quesito, a OIT tem suas ações concentradas no ODS 8: “Trabalho decente e desenvolvimento econômico”, promovendo o crescimento econômico sustentável e inclusivo, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. Novamente em relação a produtividade, este ODS tem como meta aumentá-la através da diversificação, modernização tecnológica e inovação. Vale ressaltar que o ODS 8 não é o único objetivo em que a OIT disponibiliza esforços, outros como os ODS 1,4 e 5 também são alvo de conquista da organização.

Além disso, Poschen enfatizou a questão do “emprego verde” (sendo o Brasil o primeiro país a adotá-lo), baseado na exploração do etanol e do biodiesel, da manutenção, com desenvolvimento econômico, das florestas do país e o desenvolvimento de habitações sociais mais sustentáveis, como o “Minha casa – minha vida”, que já gerou mais de 30.000 empregos. Além disso, o combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo também são alvo de ataque das medidas da OIT no Brasil e já geraram resultados significativos.

Peter finaliza seu discurso comentando sobre as recentes investidas da OIT no Brasil, trabalhando na formalização de empregos, no desemprego jovem, avaliando a responsabilidade social das empresas, lidando com a questão da baixa produtividade e trabalhando em reformas na legislação trabalhista brasileira. Essas investidas se dão através de parcerias público-privadas, público-público e acordos entre agências multilaterais da OIT com outros agentes.

Saúde e bem-estar para todos e a Organização Mundial da Saúde (OMS)

Outra organização internacional convidada para palestrar na disciplina foi a OPAS/OMS, através de seu representante no Brasil, Joaquin Molina. A fala de

Joaquin envolveu três principais pontos: um histórico da saúde pública, da OPAS e da OMS em si, partindo para um âmbito mais atual, dissertando acerca dos tratados internacionais recentes sobre a saúde e culminando na Agenda 2030 e seus objetivos no Brasil.

A abordagem histórica da apresentação envolve um panorama acerca da saúde pública desde o século XIX, passando por uma série de acordos, congressos e culminando com o estabelecimento da OMS em 1948 e da OPAS em 1958. Esta abordagem também levou em conta conquistas e desafios enfrentados pela OMS durante sua história, como diversas epidemias e eliminação de algumas doenças, como a rubéola.

Uma vez estabelecida a OPAS, foram apresentados aos estudantes os valores da instituição, de forma a conseguir atingir a sua missão, respeitando sua visão e também algumas características mais institucionais e de planejamento, como forma de organização (Conselho Diretor, Comitê Executivo) e planos estratégicos, de modo a expor aos alunos como são tomadas as decisões da instituição. Além disso, foi explicitado o modelo de governança da OMS, as funções de cada conselho, a sua diretoria e uma introdução a teoria de tratados internacionais, salientando sua importância na tomada de decisões de um órgão internacional como a OMS.

Finalmente, Joaquin aborda o papel da OPAS/OMS para atingir a meta dos ODS. O foco da OMS está no ODS 3, que é o de garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Para isso, a OPAS/OMS adota uma série de medidas visando alcançar esse objetivo maior no Brasil, através, principalmente, do aprimoramento do Sistema Único de Saúde (SUS).

A OMS visa garantir essa melhoria do SUS promovendo atividades educacionais permanentes e voltadas para a integração ensino-serviço-comunidade e, resumidamente, apoiando os mais variados projetos na área da saúde, combatendo e prevenindo doenças, gerando conhecimento e incentivando projetos como o “Mais Médicos”. Essas são apenas algumas das medidas que a OPAS/OMS tem como objetivo aqui no Brasil, a fim de melhorar a saúde pública, o Sistema Único de Saúde e o bem-estar da população brasileira como um todo.

Joaquin também destacou que um problema a ser enfrentado especificamente no Brasil a fim de se atingir as metas do ODS3 é a questão da mortalidade materna, isso porque o Brasil é líder mundial em número de cesárias (90% dos partos hospitalares), um processo invasivo que pode gerar complicações e também pela questão do aborto ainda ser tão mal resolvida no país. Apesar das dificuldades, Molina salienta que a OPAS/OMS já conseguiu expandir o acesso à Atenção Básica de Saúde (ABS) para mais de 127 milhões de brasileiros.

A revolução digital e a União Internacional de Telecomunicações (UIT)

A palestra ministrada pelo Bruno Ramos, atual chefe do escritório da UIT no Brasil (e para as américas) baseou-se nos pontos de atuação da UIT, suas metas e os desafios a serem enfrentados. Foi apresentada um pouco da história da UIT, desde sua fundação até tornar-se uma agência da ONU, especializada nas tecnologias da informação e comunicação (TICs). Dentro uma enorme gama de objetivos, pode-se citar a missão de alocar o espectro de radiofrequências e órbitas de satélites, promover a acessibilidade digital a todos e desenvolver normas técnicas para a interligação das mais variadas redes de comunicação.

A organização da UIT é dividida em três grandes áreas: Rádio, Normalização e Desenvolvimento. A primeira grande área define, gerencia e regulamenta a utilização (por serviço de radio-transmissão) do espectro radioelétrico e das órbitas de satélites; A segunda área da UIT desenvolve padrões internacionais que sustentam as redes de comunicação globais; A última área da UIT promove a cooperação internacional na prestação de assistência técnica e na criação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de telecomunicações e TICs em países em desenvolvimento.

De todas as agências aqui estudadas e entre as mais tradicionais, a UIT é aquela que mais tem tido a necessidade de se transformar e reformular-se em virtude das transformações e atualizações constantes do mundo moderno, como, por exemplo, o fenômeno da Big Data, da “internet das coisas” e alguns avanços na robótica.

Estamos vivendo uma era extremamente tecnológica (tendência essa que só tende a aumentar), fazendo com que as TICs se tornem cada vez mais essenciais na vida humana. Nesse sentido, a UIT precisa ser cautelosa, lidando

com os efeitos da revolução digital, gerenciando os “dividendos digitais”, de forma a cumprir seu papel na Agenda 2030 através dos ODS. O conceito de dividendo digital pode ser entendido como os impactos positivos que o desenvolvimento das TIC podem trazer, como, por exemplo, maior inclusão digital, mais empregos e melhores serviços digitais. Entretanto, para atingir estes dividendos, é necessário eliminar os chamados “hiatos digitais”, que são os impasses responsáveis por afastar uma porção marginalizada da população aos benefícios dos dividendos. Dois exemplos de hiato, são: o acesso à internet e todo e qualquer tipo de discriminação.

Sendo assim, a UIT atua promovendo o know-how do uso de novas tecnologias, para que os dividendos sejam alcançados e também trabalha incentivando o estabelecimento de regulamentações, de forma a diminuir o número de monopólios nos negócios. Assim, finalmente, percebe-se que a UIT promove o desenvolvimento sustentável promovendo bem-estar, não discriminação, educação de qualidade e, principalmente, promovendo uma sensibilidade estratégica única aos governos que esta auxilia.

O que faz a UNESCO no Brasil?

Lucien André Muños, representante da UNESCO no Brasil, transmitiu em seu seminário as principais características da UNESCO como instituição (separada da ONU), sua organização e missão, o programa que a esta possui no Brasil e as dificuldades encontradas para se cumprir esse programa.

Inicialmente, percebe-se que o contexto dos desafios a serem resolvidos pela UNESCO no Brasil estão diretamente relacionados com alguns dos seminários anteriores, como a garantia dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (os ODMs) para todos e o incentivo à Economia Verde e ao Trabalho Decente na erradicação da pobreza e no Desenvolvimento Sustentável, desafios estes extremamente relacionados aos conteúdos das palestras do Prof. Jacques e da OIT. Vale ressaltar que a UNESCO, após extensa análise das prioridades do Brasil para os próximos anos, pretende concentrar suas ações nas seguintes áreas: Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura e Comunicação e Informação, estabelecendo: um objetivo final, objetivos a médio prazo, desafios e resultados esperados para cada uma dessas áreas.

A fim de atingir seus objetivos nestas cinco áreas, a UNESCO deve enfrentar uma série de desafios, alguns deles expostos pelo palestrante Lucien, como o fato de os Estados membros da organização serem fixos, haver uma escassez momentânea de recursos, o excesso de burocracia e a falta de acesso a regiões carentes, por exemplo, são alguns dos empecilhos encontrados pela Organização no cumprimento de sua missão nas cinco áreas destacadas anteriormente.

O fato de os membros da UNESCO serem sempre os mesmos acabam gerando uma estrutura fixa da organização, acabando por não diversificar seus pontos de vista e mantendo a mesma visão acerca de questões que necessitam de uma certa flexibilidade. Quanto à dificuldade financeira, a UNESCO vem sofrendo mais intensamente com a escassez de recursos devido ao abandono da Organização por parte dos Estados Unidos da América, em virtude de um mal-entendido entre o país e a organização. O excesso de burocracia acaba por retardar as mudanças e decisões tomadas pela instituição. Finalmente, o fato de a UNESCO depender de permissões e do interesse das regiões nas quais está mobilizando ajuda, ao focar em regiões de difícil acesso, os projetos sociais propostos podem se tornar mais complicados de serem concretizados do que o esperado.

O PNUD e os Desafios do Desenvolvimento Sustentável no Brasil

O representante residente do PNUD (o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) no Brasil, Niky Fabiancic, em sua apresentação trata com mais profundidade dos ODM e dos ODS, dissertando sobre os encontros da ONU já realizados e os que estão por vir (i.e Rio+20, Agenda Pós-2015, etc). Além disso, o representante apresenta uma série de dados acerca de recaídas à pobreza e índices como o IDH, de forma a justificar a mudança ocorrida dos interesses de 2000 para os interesses de 2015.

Inicialmente, Niky tratou da Agenda 2030, que pilou os ODS como o principal plano de ação da ONU em si e de seus países-membro para os próximos 15 anos. É interessante dissertar acerca da transição dos ODM para os ODS: os 8 ODM, adotados na Declaração do Milênio da ONU foram um marco na política de desenvolvimento global e definiram metas a serem alcançadas até o ano de

2015, sendo reconhecidos como o movimento anti-pobreza de maior sucesso na história (reduziu-se em mais da metade o número de pessoas em extrema pobreza no mundo).

Especialmente no Brasil, Fabiancic deixou bem claro que os ODM foram muito efetivos, destacando alguns dados como a redução no desmatamento da Amazônia e o aumento de mulheres em empregos formais, por exemplo, o que resultou num aumento do IDH de diversas áreas do país, principalmente no Norte e no Nordeste.

Uma vez concluída a análise dos ODM, Niky disserta acerca das conferências promovidas entre os países-membros, dando enfoque na RIO+20, onde um novo conjunto de objetivos foi elaborado, graças ao engajamento de todos os 191 países-membros com o intuito de tornar o mundo um lugar mais habitável. Em 2015, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que inclui os ODS, foi formalmente adotada pelos países-membros. Através dessa Agenda, dois processos antes distintos e paralelos (objetivos de fundo social - ODM x objetivos de sustentabilidade ambiental – RIO92) foram unificados, sendo tratados de forma mais abrangente e integrada entre as dimensões sociais, econômica e ambientais. Os ODS são a base do desenvolvimento para os próximos 15 anos e estabelecem mais de 160 metas a serem cumpridas.

Fabiancic compara as duas agendas (precursoras dos ODM x precursora dos ODS) e destaca que o grande diferencial é o fato do mote dos ODS ser “Não deixar ninguém para trás”, de modo a alcançar todas as pessoas, independente de raça, cor, gênero, etnia e religião, sendo um projeto muito ambicioso e extremamente trabalhoso. Além disso, os ODM focavam mais na redução da pobreza extrema e da fome, visando melhorar a vida dos cidadãos mais vulneráveis, enquanto que os ODS tem esse caráter global, de influenciar a vida de todos.

Apesar dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, questões ambientais e as grandes diferenças socioeconômicas entre ricos e pobres ainda incomodam muito os países como um todo e para resolvê-los, o representante do PNUD enfatiza que serão necessários, principalmente: apoio político, criatividade,

inovações tecnologia, novos jeitos de se tratar problemas antigos e inclusão social.

Avaliação, conclusão e apreciação crítica

Até o presente momento, a disciplina foi de suma importância em dois quesitos básicos: o crescimento pessoal de seus alunos e o estudo do tema da disciplina em si.

Quanto ao primeiro ponto, práticas de aula como a leitura obrigatória do Código de Ética da USP e o posicionamento dos alunos ao lado de desconhecidos durante as aulas foram de bom grado, com o intuito de unir os alunos e começar dentro da sala de aula a busca pelo mundo mais humano e mais conectado que praticamente todas os órgãos internacionais palestrantes buscam alcançar.

Em relação ao tema “Entidades Multilaterais e Relações Internacionais”, através de todos os seminários apresentados por entidades respeitadas, foi possível observar dois pontos essenciais: a necessidade da união entre diversas entidades em prol de um objetivo maior e a mudança de caminho que as relações internacionais tem sofrido em virtude da modernização e do rumo que as relações humanas seguiram.

Quanto à necessidade de união, ficou claro ao longo dos seminários e das aulas ministradas que hoje em dia, para se obter resultados de impacto e uma mudança real no mundo em que vivemos, é necessário um conjunto de ações realizado por um conjunto de entidades, que juntas possuem os recursos e a influência suficientes para mudar de verdade. Neste campo de “unir para mudar” é que entram as Entidades Multilaterais, consolidadas, regularizadas e diversas, capazes de administrar e executar projetos em diversas áreas da sociedade das mais variadas formas, a fim de causar um impacto social positivo.

O segundo ponto de destaque desta primeira parte do curso é o estudo de como estão se dando as mudanças nas relações internacionais no mundo atual. Vimos que os 8 ODMs de 2000, com suas 22 metas se transformaram e foram atualizados para os 17 ODS de 2015, com suas 169 metas e não pelos ODMs terem sido um fracasso (muito pelo contrário), mas sim pela visão das entidades internacionais terem mudado, juntamente com as necessidades das sociedades.

Essas mudanças surgiram por diversas razões, como o desenvolvimento das TICs, a maior necessidade de uma inclusão digital, de novas políticas sociais (a fim de garantir uma inclusão social a todos, sem exceção), de uma nova política ambiental (já que a questão do desenvolvimento sustentável se tornou tão presente nos últimos anos) e de uma nova política econômica (dado que as discrepâncias entre as condições de trabalho, saúde e financeira são tão diferentes quando comparamos as classes altas às baixas).

Fica claro que o Brasil só terá um futuro no mundo se conseguir conciliar seus interesses com os interesses globais, de forma a conciliar forças, cumprir metas e ser um dos protagonistas na construção de um mundo mais humano, mais sustentável e menos discrepante. Encerra-se este ensaio com a frase abaixo, da Agenda 2030 traduzida, de grande impacto e que aborda grande parte do que foi trabalhado aqui e em sala de aula:

“Estamos determinados a mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base no espírito de solidariedade global fortalecida, com ênfase especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas os grupos interessados e todas as pessoas.”

Bibliografia

MARCOVITCH, Jacques. O Brasil no Futuro do Mundo. Revista Brasileira (Rio de Janeiro, 1941) v. II, 2013

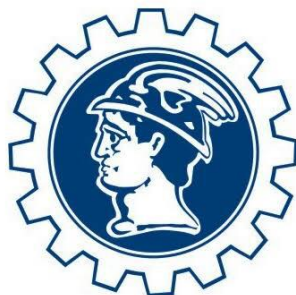
Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 25 de setembro de 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org>

Herz, Mônica Organizações Internacionais: história e práticas / Mônica Herz, Andrea Ribeiro Hoffman. — Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. — 10a reimpressão.

Portfólio OPAS/OMS – 2016.

Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2016: Dividendos Digitais.
Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/>

Programa da UNESCO no Brasil. 2013. Unidade de Comunicação, Informação
Pública e Publicações da Representação da UNESCO no Brasil



Os organismos multilaterais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável I

Felipe Ito Anuatti⁴

Introdução

O propósito deste ensaio é relatar o conteúdo da primeira metade da disciplina *Temas e Práticas em Relações Internacionais* e, em seguida, analisá-lo de maneira crítica. O curso, organizado pelos professores Pedro Dallari e Jacques Marcovitch, se propõe a unir representantes de vários organismos multilaterais a alunos de diversas unidades da Universidade de São Paulo (USP) com o objetivo de discutir o papel dessas organizações face aos grandes desafios do século XXI. Serão expostas as visões e as

⁴ Número USP 4723960. Aluno de Bacharelado em Ciências Econômicas (FEA-USP). Aspirante a diplomata. Filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Candidato ao Centro Acadêmico Visconde de Cairu.

experiências de cada palestrante, acompanhadas de algumas reflexões acerca do tema tratado durante a conferência. Cabe destacar que esteve subjacente a todas as palestras o tema dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

O Brasil no futuro do mundo

A primeira conferência do curso, de caráter introdutório, foi apresentada por um dos responsáveis pela disciplina, o professor Jacques Marcovitch, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) e do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Universidade de São Paulo, da qual foi reitor, entre 1997 e 2001. O propósito da palestra foi apresentar aos alunos algumas questões contemporâneas.

Há quem diga que o século XXI não comporta utopias. A derrota (militar) do fascismo e a falência do comunismo teriam sepultado qualquer tentativa de construir o Paraíso na Terra. Há outros, como o pesquisador da Universidade da Califórnia Russell Jacoby, que clamam pela “[...] crença de que o futuro pode superar fundamentalmente o presente.”⁵

De fato, o século XXI nos propõe uma série de desafios. O desejo e a tentativa de superá-los podem alimentar a crença de que o amanhã será melhor. A construção de um Estado de bem-estar social que não sufoque a iniciativa privada nem leve as dívidas públicas a níveis insustentáveis seria um deles. Outro seria combater o terrorismo, o radicalismo islâmico e o crime organizado sem desrespeitar os direitos humanos. Um outro ainda envolveria elevar o padrão de consumo das populações de países pobres sem esgotar os recursos naturais do planeta.

Desde 2014, enfrentamos uma recessão, e, em 2015, o déficit público foi de 9% do Produto Interno Bruto⁶. Embora a fraqueza econômica possa trazer incerteza sobre o futuro do País, a desesperança não nos deve abater. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, desde 1990, o Brasil reduziu a pobreza

⁵ MARCOVITCH, J.; *O Brasil no futuro do mundo*. Revista Brasileira, Fase VIII (out., nov., dez.), ano II, no 77. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2013, p. 125.

⁶ PMDB; *Uma ponte para o futuro*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015, p.3.

extrema à metade⁷. Esta é uma pequena mostra de que o País não está condenado ao fracasso.

Origens e características das organizações multilaterais

O professor Pedro Dallari, diretor do IRI e também responsável pelo curso, ministrou a segunda palestra, que tratou do tema da governança global, com destaque para as organizações multilaterais. Governança global “[...] envolve a cooperação, regras e normas que permitem a resolução de problemas em diversas áreas de convivência”⁸.

A primeira forma de governança global discutida foi o sistema de Estados nacionais. Os Estados se estabeleceram como compartimentos estanques, juridicamente independentes, após a Paz de Westfália. Trata-se de um conjunto de acordos assinados na região alemã de mesmo nome com o intento de por fim à Guerra dos Trinta Anos, travada entre protestantes e católicos. A partir desse momento, o poder temporal dos reis tornou-se independente do poder celestial da Igreja Católica.

O ano de 1914 marcaria o fim dessa forma de governança. Por um lado, esse modelo não foi capaz de impedir a Primeira Guerra Mundial. As potências europeias foram tragadas para o conflito pelas alianças militares que haviam firmado. Por outro, nesse ano, foi construído o Canal do Panamá, ápice de uma trajetória de internacionalização econômica possibilitada pela tecnologia. O século XX foi o século das Organizações Internacionais (OIs) por excelência. Nesse período surgiram várias dessas instituições, incluindo a maior delas: a Organização das Nações Unidas (ONU). As OIs são constituídas por meio de um tratado entre países ou outras OIs e possuem personalidade jurídica internacional.

De todo modo, é necessário destacar que os organismos internacionais não são impermeáveis ao poder dos países. A UNESCO é um caso emblemático. A aliança entre Israel e EUA custou à agência 25% de seu orçamento, pois os americanos retiraram suas contribuições após a adesão da Palestina.⁹

⁷ PNUD; *Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Brasília: PNUD, 2015, p. 27.

⁸ HERZ, M.; HOFFMAN, A.R.; *Organizações internacionais: histórias e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 31-32.

⁹ Afirmação de Lucien Muñoz, representante do órgão no Brasil, na sexta palestra do curso.

Trabalho Decente e a Organização Internacional do Trabalho (OIT)

O primeiro convidado foi o alemão Peter Poschen, diretor do escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil. Engenheiro de formação, Poschen iniciou sua experiência internacional atuando junto à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Também exerceu funções no serviço florestal alemão, uma vez que sempre se interessou pelas questões ambientais.

A OIT foi fundada em 1919 com o objetivo de atenuar as tensões sociais de forma pacífica. Por esse motivo, a Organização adotou o conceito de Trabalho Decente, que envolve a liberdade sindical, o direito à negociação coletiva, a eliminação do trabalho forçado e do trabalho infantil, o fim da discriminação em matéria de emprego, a promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social.¹⁰

A OIT atua de modo a assegurar o cumprimento do ODS 8 (“promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos”¹¹) aferindo a qualidade do trabalho e do emprego e estabelecendo parcerias com a iniciativa privada, com outras agências da ONU e com governos. No Brasil, por exemplo, a OIT desenvolve a Parceria para Ação pela Economia Verde em Mato Grosso, que auxilia o governo do Estado a elaborar políticas públicas que estimulem a criação de empregos social e ambientalmente corretos.

Uma discussão levantada durante a palestra diz respeito à produtividade no Brasil. Nos últimos anos, a renda dos brasileiros pôde crescer devido ao aumento da força de trabalho. A produtividade, entretanto, estagnou-se. Serão necessárias, portanto, medidas que capacitem a mão de obra e reformas institucionais que facilitem a geração de empregos e de renda.¹²

Saúde e bem-estar para todos e a Organização Mundial da Saúde (OMS)

¹⁰ OIT. *O que é Trabalho Decente*. Brasília: OIT, 2016. Disponível em <<https://goo.gl/ZrqEpA>>. Acesso em outubro de 2016.

¹¹ ONU. *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, p. 15.

¹² Comentário de Marcos Lisboa no programa *Globo News Painel* exibido em 01/10/2016.

A conferência seguinte foi conduzida pelo médico cubano Joaquín Molina, representante da OMS/OPAS no Brasil. O doutor Molina possui uma experiência peculiar no ramo do serviço público internacional. Ele ingressou nessa carreira pela via do departamento de Relações Internacionais do Ministério da Saúde cubano. Por causa do regime socialista vigente em seu país, atuou na Organização Pan-Americana de Saúde, sediada em Washington, sob vigilância dos EUA.

Em 1948, foi criada a Organização Mundial da Saúde (OMS), cujas atividades são voltadas para a cooperação técnica entre países com a finalidade de monitorar e erradicar doenças e universalizar o acesso à saúde, objetivos resumidos pelo ODS 3 (“assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”¹³). A instituição possui uma estrutura descentralizada em que os escritórios regionais possuem grande poder, sendo o mais poderoso deles a OPAS.

A OPAS possui uma relação muito próxima com o Brasil. No País, estão sediados dois dos três centros especializados da Organização. O Centro Latino Americano e do Caribe para Informação e Ciências da Saúde (BIREME) e o Centro Pan-Americano de Febre Aftosa (Panaftosa). Além disso, o escritório brasileiro da agência é responsável pela gestão do Programa Mais Médicos, focado em expandir o acesso à medicina da família, especialmente em regiões carentes.

Entretanto, é necessário destacar que os médicos cubanos que decidiram participam de tal programa estão impedidos de trazer suas famílias para o Brasil.¹⁴ Trata-se de uma possível violação do Artigo XII da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Ninguém será sujeito à interferência em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.”¹⁵

A revolução digital e a União Internacional de Telecomunicações (UIT)

O segundo palestrante de setembro foi o brasileiro Bruno Ramos, chefe do escritório da UIT para a região das Américas. Graduado em Engenharia Elétrica na

¹³ ONU; op. cit., loc. cit.

¹⁴ COLUCCI, C.; *Cuba ameaça cassar diploma de médico com parentes no Brasil*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 21/03/2015. Disponível em <<http://goo.gl/UiGXrl>>. Acesso em outubro de 2016.

¹⁵ ONU; *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: UNIC/Rio/005, 2009, p.8. Disponível em <<https://goo.gl/pbZRcf>>. Acesso em outubro de 2016.

Escola Politécnica, Ramos há muito tempo desejava trabalhar no ramo de telecomunicações. Inicialmente, trabalhou para a empresa pública Telecomunicações de São Paulo (Telesp), a serviço da qual teve seus primeiros contatos com a UIT, além de ter feito uma carreira na Anatel, agência reguladora do setor de telecomunicações no Brasil.

A UIT surgiu em 1865 como a União Internacional de Telégrafos, tendo sido integrada ao sistema ONU em 1947. Está dividida em três áreas. A UIT-R se encarrega de alocar o espectro de radiofrequência e as órbitas de satélites para os diferentes serviços de telecomunicação, evitando o uso desordenado e a interferência. A UIT-T busca harmonizar os padrões técnicos adotados pelos países. Seriam, por exemplo, impossíveis ligações entre telefones que obedecem a regulações diferentes. O conferencista lamentou a condição periférica do Brasil, que apenas implementa padrões muitas vezes articulados pelas grandes corporações. E a UIT-D é a divisão responsável por auxiliar governos a elaborar políticas públicas com a função de garantir um direito à inclusão digital.

A partir da adoção da Agenda 2030, as agências técnicas das Nações Unidas, a UIT inclusive, passaram a atribuir uma importância muito grande a medidas que assegurem o desenvolvimento sustentável. Em relação ao Objetivo 14 (“tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos”¹⁶), a União monitora mudanças climáticas com o uso de satélites. Em relação ao ODS 3 (relativo à saúde e ao bem-estar, citado acima), a UIT regulamentou o uso de canais de emergência com a finalidade de facilitar resgates e salvamentos de vítimas de desastres naturais, conflitos armados e outras tragédias humanitárias, tais como os naufrágios no mar Mediterrâneo que vitimam milhares de refugiados.

O que faz a UNESCO no Brasil?

A sexta palestra do curso foi apresentada por Lucien André Muñoz, representante Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Os pais de Muñoz eram espanhóis que se refugiaram na França do regime do ditador Francisco Franco. Em sua vida acadêmica, passou pelos cursos de Relações

¹⁶ ONU. *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, p. 15.

Internacionais e de Economia Internacional. Sua história familiar e intelectual predisuseram-no a seguir carreira no multilateralismo.

O francês narrou brevemente a história das agências de cooperação internacional. Quando essas instituições foram criadas, o mundo vivia a Guerra Fria. As economias capitalistas desenvolvidas estavam, portanto, interessadas em evitar que as nações menos desenvolvidas aderissem ao bloco soviético. Nesse contexto, as agências técnicas da ONU fomentaram o desenvolvimento dessas nações com o objetivo de aproximá-las do chamado Primeiro Mundo. Com a queda do Muro de Berlim e a ascensão de países de renda média, reduziu-se o interesse dos países ricos em promover o desenvolvimento no mundo.

A esse esgotamento do modelo vigente de agências de cooperação soma-se o já mencionado imbróglio envolvendo a UNESCO, os EUA e a Palestina. A crise fiscal no organismo o tem forçado a se reinventar. Em termos de recursos, o escritório brasileiro da UNESCO financia suas atividades por meio de parcerias nas quais o *expertise*, o capital humano e o prestígio do órgão são complementados pelos recursos do Estado brasileiro ou de um ente privado. Um exemplo bem-sucedido é o programa Criança Esperança. Todos os anos a TV Globo organiza uma campanha de mídia voltada a arrecadar doações em dinheiro. A UNESCO destina esses recursos a projetos sociais que auxiliam crianças de todo o Brasil.

Esse tipo de parceria provoca um debate espinhoso: como evitar que a lógica privada do lucro prejudique ações socialmente relevantes. Uma forma de gerir esse risco, sugerida em aula pelo professor Marcovitch, seria aprimorar o arcabouço jurídico que rege as atividades de instituições filantrópicas. A legislação americana, por exemplo, proíbe qualquer ingerência de empresas nas fundações por elas apoiadas, sob pena de perda dos benefícios fiscais derivados da filantropia.

O PNUD e os Desafios do Desenvolvimento Sustentável no Brasil

A última conferência do bimestre foi conduzida pelo argentino Niky Fabianic. Experiente burocrata profissional das Nações Unidas, Fabianic é o representante residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em sua fala inicial, fez questão de destacar o caráter transversal da agência que representa, em particular na promoção da Agenda 2030.

Esta agenda foi votada e aprovada em assembleia em setembro de 2015 pelo conjunto dos Estados que integram a Organização das Nações Unidas. Seu conteúdo,

os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, constituem metas de médio e longo prazos estruturadas sobre quatro objetivos fundamentais: “[...] acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões proteger o planeta da degradação [...] assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal [...] promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência [...] mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável [...]”¹⁷.

Os ODS representam continuidade e ruptura em relação aos ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio). Os ODM possuíam um viés fortemente sócio-econômico, focado em países pobres. Os ODS passaram a tratar de temas de meio-ambiente e de paz e justiça, englobando todas as nações. Os ODM foram elaborados por especialistas e pensados como um receituário de políticas públicas e ações filantrópicas. Os ODS foram construídos de maneira horizontal e se propõem a costurar parcerias com a iniciativa privada e entre países de modo a tecer soluções inovadoras para os problemas do século XXI.

A qualidade holística da Agenda 2030 esbarra em empecilhos institucionais. As instâncias que poderiam levar a cabo os ODS estão organizadas em torno de temas, como Saúde ou Educação, ao passo que a Agenda apresenta um foco em resultados. A saúde, por exemplo, não depende apenas de serviços de cuidados médicos, mas também do acesso ao saneamento básico.

Considerações finais

O século XXI apresenta ao Brasil e ao mundo desafios grandes em número e em dificuldade. Construir uma sociedade mais justa sem onerar os contribuintes em excesso. Moldar um sistema internacional que possibilite aos países resolver seus conflitos e suas divergências de maneira pacífica, sem que as nações mais poderosas se imponham unilateralmente. Gerar prosperidade e empregos de forma equitativa e que não esgote os recursos naturais. Universalizar o acesso à saúde em todos os lugares, inclusive em países pobres e de renda média. Garantir o uso das tecnologias de informação e comunicação, sob uma perspectiva de interesse público, isto é, que não crie privilégios para grupos privados. Prover educação de qualidade a todos, e proteger nosso patrimônio histórico e cultural. Assegurar que o diálogo entre

¹⁷ ONU; op. cit., p. 1-2.

companhias privadas e outros setores com prioridades outras ao lucro seja transparente e responsável. Além de reformar nossas instituições para que elas favoreçam em vez de atrapalhar a superação de todos esses desafios. Nesse grande desenho, não podemos nos esquecer de um princípio fundamental do internacionalismo: o respeito aos direitos humanos.

Para que essa tarefa não nos intimide, é pertinente lembrar que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável servem de guias e de métrica. E que os organismos multilaterais fazem parte do conjunto dos mecanismos competentes para solucionar as grandes questões deste século que mal se iniciou. Dessa forma, a disciplina *Temas e Práticas em Relações Internacionais* é um convite àqueles que desejam se engajar na criação de um mundo mais justo, pacífico, próspero e limpo.

As organizações internacionais e a construção do futuro

Maiara Bela da Costa¹⁸

Introdução

Vivemos em um mundo imensamente complexo. Os direitos humanos, a necessidade de preservação e recuperação do meio ambiente, os interesses pecuniários, as disputas étnicas, políticas e econômicas, as necessidades e carências mais básicas – todas essas coisas estão constantemente disputando pela primazia nas decisões que são tomadas por todos, todos os dias. Como conciliar os interesses divergentes? Como impedir que tais divergências dificultem ou mesmo impeçam o fomento das metas e objetivos que toda a humanidade tem em comum?

A resposta a tais perguntas não é definitiva e nem única, mas as organizações internacionais têm desempenhado um papel de imensa importância nesse contexto. Agindo como articuladoras e líderes da cooperação entre governos, iniciativa privada e sociedade civil, tais organizações têm se constituído em faróis e balizas das relações internacionais, fornecendo espaços e ferramentas para discussões amplas, inclusivas e participativas sobre os assuntos que mais preocupam os povos de todo o mundo hoje. Conhecer o funcionamento de tais

¹⁸ Aluna de graduação em Ciências Econômicas pela FEA-USP.

organizações – bem como seus valores, sua missão, sua visão e suas conquistas – é, portanto, indispensável para qualquer análise mais abrangente da conjuntura global atual, e para uma participação ativa e consciente nas discussões que mobilizam a sociedade contemporânea.

As Organizações Internacionais: referencial teórico básico

Uma organização internacional (que pode ou não ser intergovernamental) é a forma mais institucionalizada de realizar a cooperação internacional. Dentre as principais características de uma OI, sintetizadas pelo professor Pedro Dallari em palestra proferida no dia 18/ago/2016, podemos citar seu caráter permanente - inclusive com a existência de aparatos burocráticos próprios, instalados em prédios também próprios, com planejamento e orçamento autônomos. Além disso, no caso específico das Organizações Internacionais Intergovernamentais (OIGs), são também características importantes: o emprego de servidores públicos internacionais; o fato de serem geralmente criadas por meio de acordos ou tratados multilaterais – reconhecidos e regidos pelo direito internacional, e firmados voluntariamente entre Estados soberanos ou entre outras OIGs. As OIGs possuem personalidade jurídica internacional, o que implica, entre outras coisas: que elas não estão submetidas às leis de nenhum país específico, mas sim às normas do Direito Internacional; que as instalações de uma OIG localizadas em qualquer país membro têm direito à inviolabilidade; que não pagam tributos a nenhum Estado nacional; que alguns de seus funcionários públicos internacionais têm direito a imunidade diplomática.

No mundo atual, as organizações internacionais têm grande destaque por se constituírem num dos mais importantes mecanismos para garantia de certo nível de estabilidade e governança globais. Por meio delas, é possível: organizar de maneira permanente a interação e a cooperação entre países e blocos econômicos; desenvolver normas, regras, leis e procedimentos internacionais para padronização de práticas e resolução de conflitos; arbitrar negociações e regulamentações comerciais e financeiras; fornecer ajuda humanitária a regiões necessitadas; organizar intervenções militares; implementar programas de assistência ao desenvolvimento; promover ações de preservação e recuperação ambiental; zelar pelos direitos humanos e dos animais; dentre inúmeras outras

tarefas de suma importância para a humanidade, que dificilmente poderiam ser realizadas no complexo mundo contemporâneo sem a existência desses fóruns de discussão e negociação integrados e multilaterais. Além disso, as organizações internacionais intergovernamentais, com sua relevância internacional e seu processo decisório multilateral, são importantes para garantir certo balanço no “jogo de poder” político econômico global. Um exemplo notável é a União Europeia, cuja existência contrabalança a hegemonia política e econômica dos EUA.

Uma das mais importantes OIGs do mundo – provavelmente a mais importante – é a Organização das Nações Unidas. A ONU foi fundada em 24 de outubro de 1945, por meio da Carta das Nações Unidas, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de promover a paz e evitar um novo conflito global - um intento que a Liga das Nações, "ancestral" da ONU, não tinha conseguido alcançar. A missão da ONU é fomentar a paz e a segurança mundiais, promover os direitos humanos e a preservação do meio ambiente, auxiliar no desenvolvimento econômico e no progresso social e oferecer ajuda humanitária em casos de fome, desastres naturais e conflitos armados.

A ONU tem hoje 193 Estados-membros e 2 Estados observadores, e está estruturada em torno de 6 órgãos principais - a Assembleia Geral (com função deliberativa), o Conselho de Segurança (para decisões sobre paz e segurança mundiais), o Conselho Econômico e Social (que promove a cooperação e o desenvolvimento econômico internacional), o Conselho de Direitos Humanos (que fiscaliza e propõe Tratados sobre o tema), o Secretariado (que desenvolve estudos e fornece auxílio às atividades da Organização) e o Tribunal Internacional de Justiça (órgão judicial principal) -, além das dezenas de Fundos, Comissões, Agências Especializadas e Programas específicos com atuação global, que compõem o chamado Sistema ONU. O financiamento da organização é feito mediante contribuições voluntárias dos Estados-membros¹⁹.

¹⁹ Organização das Nações Unidas. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas>. Acesso em 04/10/2016. 3 Secretário Geral das Nações Unidas. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Secret%C3%A1riogeral_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas>. Acesso em 04/10/2016. 4 Agenda 2030. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em 04/10/2016.

O cargo administrativo mais proeminente dentro da ONU é o de secretário-geral - descrito por Franklin Delano Roosevelt (ex-presidente dos Estados Unidos e um dos idealizadores da ONU) como um "moderador do mundo". O secretário-geral é eleito pela Assembleia Geral para um mandato de cinco anos (passível de reeleição), após recomendação do Conselho de Segurança (que deve ser unânime). A escolha do secretário-geral é feita com base no sistema de "rotação geográfica", e ele não pode ser proveniente de nenhum dos países que são membros permanentes do Conselho de Segurança²⁰.

Atualmente, um dos assuntos mais importantes para a ONU em nível global é a Agenda 2030, "um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade", que pretende "fortalecer a paz universal com mais liberdade²¹." A Agenda 2030 consiste de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), subdivididos em 169 metas, que sintetizam as ambições de desenvolvimento sustentável e inclusivo da humanidade para os próximos 15 anos e além. A Agenda 2030 veio substituir os Oito Objetivos do Milênio, englobando tudo o que eles contemplavam e mais. O acompanhamento dos avanços na persecução dos ODS está sendo feito por meio de 231 indicadores de nível global, e a divulgação da Agenda, bem como a promoção de ações para concretização de seus objetivos, está hoje no topo da lista de prioridades das agências especializadas do Sistema ONU.

A importância do trabalho decente universal na persecução dos ODS

Palestra de 25/ago/2016: Peter Poschen, OIT

O trabalho é a fonte de toda riqueza gerada pelo homem e, na vida de cada indivíduo que trabalha, representa a principal ocupação, o meio de se obter o sustento e a expressão de habilidades e escolhas pessoais. Mas o trabalho enfrenta complicações crescentes no mundo atual. Uma economia capitalista é marcada por ciclos de crescimento, mediados por crises econômicas mais ou

²⁰ Secretário Geral das Nações Unidas. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Secret%C3%A1rio_geral_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas>. Acesso em 04/10/2016.

²¹ Agenda 2030. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em 04/10/2016.

menos desastrosas, que tendem a aumentar anormalmente o desemprego não intencional e a precarizar as condições de trabalho, aumentando a informalidade e reduzindo os direitos trabalhistas. Tais problemas são obstáculos imensos no caminho do combate à pobreza e aos vários tipos de vulnerabilidade socioeconômica, além de afetar grandemente o bem-estar da população – tanto financeiro quanto psíquico, e até mesmo físico. Desta maneira, garantir trabalho decente para todos é, sem dúvida, um objetivo prioritário na persecução dos ODS.

A Organização Internacional do Trabalho foi fundada em 1919 pelo Tratado de Versalhes, com o objetivo de atuar justamente nesse sentido, promovendo "a justiça social e o reconhecimento internacional dos direitos humanos e trabalhistas". A OIT tem a missão de fomentar a geração de oportunidades de trabalho decente – “trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana” – para todos e para todas.

Os desafios da promoção de trabalho decente para todos e todas são muitos. Em sua palestra, Peter Poschen (diretor do escritório da OIT no Brasil) citou alguns deles: o combate ao trabalho infantil, ao trabalho escravo ou servil, e à discriminação por raça, cor, orientação sexual e gênero. De fato, os dados estatísticos mostram quão problemáticas são essas questões em nosso país: o censo IBGE de 2010 apontou 3,4 milhões de crianças e adolescentes (entre 10 e 17 anos de idade) trabalhando no país²²; todos os anos, equipes do Ministério do Trabalho e Emprego libertam milhares de trabalhadores em condições análogas à de escravidão no Brasil²³; e dados do IBGE citados pelo palestrante mostram que as mulheres e os negros são os que mais sofrem com o desemprego em nosso país.

Outra prioridade é a população mais jovem, que é especialmente vulnerável ao desemprego pela inexperiência profissional – daí a importância de se fornecer

²² Trabalho Infantil. Disponível em:

<<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/trabalho infantil/outras/graficos.html>>. Acesso em 04/10/2016. 6

Dados sobre trabalho escravo no Brasil. Disponível em: <

<<http://reporterbrasil.org.br/dados/trabalhoescravo/>>. Acesso em 04/10/2016.

²³ Dados sobre trabalho escravo no Brasil. Disponível em: <

<<http://reporterbrasil.org.br/dados/trabalhoescravo/>>. Acesso em 04/10/2016.

uma qualificação de qualidade para todos os jovens, que os permita ingressar no mercado de trabalho em condições dignas. Por fim, outra missão destacada da OIT é ampliar o diálogo social acerca do trabalho, mediando o debate entre trabalhadores, empresas e governo. Não há dúvida de que tal diálogo é imprescindível para que seja possível encontrar os caminhos mais vantajosos para a sociedade como um todo. Vale observar ainda que, além de implícito em praticamente todos os 17 ODS, a promoção de trabalho decente para todos é diretamente enunciada no ODS número 8: “Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos”. Observe-se a importância das qualificações dadas para o crescimento econômico que o mundo deve buscar: sustentado, ou seja, deve ser passível de se autorreproduzir, não deve seguir um modelo predatório e imediatista que esgota os recursos hoje e desmorona amanhã; inclusivo, ou seja, não deve deixar ninguém para trás, todos precisam receber “sua fatia do bolo”; e sustentável, ou seja, deve fazer uso racional e planejado dos recursos, destacadamente os naturais e não-renováveis – e aqui se insere fortemente a temática dos empregos verdes, que tem recebido grande destaque nas pautas da OIT no Brasil e no mundo recentemente.

Os desafios e conquistas na promoção de saúde e bem-estar para todos

Palestra de 01/set/2016: Joaquin Molina, OPAS/OMS

Não há dúvida de que a saúde e o bem-estar físico e mental são pressupostos para boa parte das atividades humanas, além de constituírem um direito básico de todas as pessoas, reconhecido pelo artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela ONU em 1948²⁴. Além disso, a promoção universal da saúde serve também (e obviamente) a propósitos econômicos, uma vez que o adoecimento das pessoas resulta em perdas materiais (por meio da redução da produtividade e qualidade do trabalho), além de afetar os fluxos internacionais de pessoas e mercadorias, especialmente no caso de epidemias (como a do ebola, por exemplo, durante a qual foram

²⁴ Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://tinyurl.com/k54qo2j>>. Acesso em: 04/10/2016. 8 About World Health Organization. Disponível em: <<http://www.who.int/about/en/>>. Tradução livre. Acesso em: 04/10/2016.

impostas restrições à circulação de pessoas provenientes dos países mais afetados).

Diante disso, podemos perceber que a promoção da saúde faz parte da construção de um "desenvolvimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável". Mais ainda: dada a sua importância enquanto meta a ser perseguida por toda a humanidade, a saúde tem também seu próprio ODS, o de número 3 – "Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades". A Organização Mundial da Saúde, que foi estabelecida em 1948, com o objetivo de "construir um futuro melhor e mais saudável para os povos em todo o mundo", é a agência do sistema ONU encarregada de perseguir esse Objetivo²⁵.

O palestrante Joaquín Molina, representante da Organização PanAmericana de Saúde (escritório regional da OMS), nos apresentou um panorama da evolução da saúde internacional e um breve histórico da América Latina nesse contexto. Com a visão de ser o catalisador para assegurar a saúde e o bem-estar das populações latino-americanas, a OPAS tem a missão de "liderar esforços colaborativos e estratégicos entre os Estados Membros e outros aliados, para promover a equidade em saúde, combater as doenças e melhorar a qualidade e prolongar a duração da vida das populações do continente". De fato, as 13 metas incluídas no ODS #3 mostram o destaque que as problemáticas mencionadas por Molina têm na agenda 2030, em especial as metas 3.1 e 3.2, que versam sobre a saúde infantil; a meta 3.3, a respeito das epidemias e doenças tropicais negligenciadas; a meta 3.7, sobre a saúde sexual e reprodutiva; e a meta 3.8, acerca do acesso universal aos serviços de saúde.

O tema das doenças tropicais é de grande relevância e atualidade no Brasil, haja vista as atuais epidemias de dengue, zika vírus e chikungunya. O palestrante lembrou que as mudanças climáticas agravam a situação das doenças tropicais, ao tornarem o clima mais extremo e alterarem a ecologia dos vetores, o que pode levar (como tem acontecido) a doenças novas e mais perigosas. No que diz

²⁵ About World Health Organization. Disponível em: <<http://www.who.int/about/en/>>. Tradução livre. Acesso em: 04/10/2016.

respeito à busca por uma cobertura universal de saúde, o Brasil tem um importante modelo no SUS (Sistema Único de Saúde), que precisa, obviamente, de expansão e melhorias. Nesse sentido, tem contribuído com destaque o programa Mais Médicos, promovido pelo governo federal em parceria com a OPAS/OMS, e que tem conseguido aumentar muito significativamente a oferta de profissionais da saúde nas regiões mais necessitadas do país. Por fim, a saúde reprodutiva e sexual e a saúde infantil são de importância inestimável para a saúde global da população: por um lado, o planejamento familiar e a informação são fundamentais para evitar a transmissão de DSTs, e também as gestações indesejadas; por outro lado, reduzir a mortalidade infantil e cuidar da saúde das crianças tem efeitos duradouros, já que a condição de saúde em que vive uma criança em seus primeiros anos de vida, e mesmo durante os meses de gestação, trará consequências ao longo de toda a sua vida.

Finalmente, vale a pena mencionar algumas das conquistas da América Latina no quesito saúde: aumento da esperança de vida em 35 anos desde 1902; erradicação da varíola e da poliomielite e redução do impacto de doenças negligenciadas (como a lepra e a doença de Chagas); maiores taxas de cobertura com tratamento antirretroviral do mundo; maiores reduções da mortalidade infantil no mundo; eliminação da transmissão endêmica do sarampo e da rubéola. Tais conquistas são amostras da efetividade que tem a cooperação entre agências multilaterais, governos, iniciativa privada e sociedade civil na perseguição de objetivos em comum.

Ganhos e riscos da difusão das tecnologias de informação e comunicação

Palestra de 15/set/2016: Bruno Ramos, UIT

A União Internacional das Telecomunicações foi fundada em 1865, como União Telegráfica Internacional, e convertida em agência especializada do Sistema ONU em 1947. Dentre as atribuições da UIT, destacam-se: a alocação de faixas de radiofrequência e órbitas de satélites; o desenvolvimento das normas técnicas internacionais para tecnologias de informação e comunicação (TICs), em parceria com Estados, instituições acadêmicas e empresas líderes do segmento;

e ações para fomentar a inclusão digital das comunidades carentes em todo o mundo.

Sabemos que as TICs desempenham um papel que já se tornou indispensável no mundo contemporâneo. Elas estão em todos os lugares – do sistema de gerenciamento de redes de energia ao celular no bolso de cada um, passando pelos sistemas bancários, pelas aplicações de comunicação instantânea, pelos serviços de geoposicionamento (GPS) e pelos telescópios que perscrutam a escuridão do espaço a serviço da curiosidade humana, entre tantos outros exemplos. As TICs conectaram o mundo e mudaram nossos hábitos, nossos comportamentos e nossa percepção de diversos aspectos da realidade. Mas como a difusão de tais tecnologias pode ajudar a concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que perseguimos?

Um dos ODS cuja concretização mais pode se beneficiar das tecnologias de informação é o de número 4: “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. A internet coloca à disposição de seus usuários uma enorme quantidade de conteúdos de qualidade em todos os níveis de ensino. Os dispositivos móveis, por sua vez, permitem acessar tais conteúdos a qualquer hora e em qualquer lugar.

Dados estatísticos levantados pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) mostram que havia, em 2008, 115 instituições de ensino superior oferecendo cursos de graduação à distância no Brasil. A quantidade de cursos e de vagas disponíveis tem crescido muito rapidamente nos últimos anos. A difusão do acesso às TICs e as possibilidades que a metodologia EAD abre para um aprendizado mais barato, mais ativo e mais atualizado apontam para uma continuação dessas tendências. Num futuro próximo, deveremos presenciar uma revolução da educação e do ensino por meio dos cursos à distância e do aprendizado autodidata – uma revolução que poderá abrir a todos a possibilidade de uma educação ampla, contínua e atualizada.

As implicações desse cenário são muitas, com destaque para duas delas. Por um lado, será (e já está sendo) posto em questão, e terá que ser reformulado, o

papel da sala de aula e do professor tradicionais no processo de aprendizagem. Conforme mencionado pelo professor Jacques Marcovitch em mais de uma ocasião, essas novas tendências apontam para a necessidade de transformar a sala de aula em um local de produção de conhecimento, uma vez que a mera reprodução de conteúdos está sendo colocada a cargo da internet e tecnologias afins – com muitas vantagens, diga-se. A segunda implicação possível é um risco que existe na difusão das TICs: ao mesmo tempo em que podem ajudar a reduzir as desigualdades (dando suporte ao ODS #10) ao democratizarem o acesso à educação e, portanto, a melhores oportunidades de vida digna e vivência plena, as TICs podem também aprofundar as desigualdades, ao excluir desse “novo mundo digital” aqueles que não conseguirem desenvolver as competências técnicas necessárias para se adequar à presença maciça das TICs, por exemplo, no ambiente de trabalho. Outro risco é que não consigamos garantir o acesso às TICs para todas as comunidades do mundo, em especial aquelas nos países mais pobres. Nesse caso, aumentará ainda mais o abismo entre o mundo “conectado” e as regiões menos desenvolvidas, que ficarão em situação mais marginalizada do que nunca.

Os desafios institucionais da UNESCO no Brasil e no mundo

Palestra de 22/set/2016: Lucien André Muñoz, UNESCO

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura foi criada em 1945, "para responder a uma firme convicção das nações, forjada por duas guerras mundiais em menos de uma geração, de que acordos políticos e econômicos não são o suficiente para construir uma paz duradoura; a paz deve ser estabelecida com base na solidariedade moral e intelectual da humanidade"²⁶. A missão da UNESCO é construir redes de comunicação entre as nações - por meio da educação universal, do intercâmbio cultural, da cooperação científica e do fomento à liberdade de pensamento e expressão - para que elas possam, juntas, construir esse tipo de solidariedade capaz de engendrar a paz mundial.

²⁶ Introducing UNESCO. Disponível em: <<http://en.unesco.org/about-us/introducing-unesco>>. Tradução livre. Acesso em 04/10/2016.

Na perseguição de objetivos tão grandes e tão complexos, certamente que solidez institucional é fundamental para a organização. Foi provavelmente pensando nisso que o sr. Lucien André Muñoz, representante da UNESCO no Brasil, falou durante sua palestra de alguns dos desafios e oportunidades que a organização enfrenta na atualidade. No nível mundial, a principal dificuldade hoje é financeira: a suspensão da contribuição orçamentária dos EUA à UNESCO – em represália à acolhida da Palestina como Estado-membro da agência em 2011 –, e que representava cerca de 25% do orçamento anterior da agência, desencadeou uma crise que tem resultado em cortes de gastos, demissões compulsórias e voluntárias, e dificuldades financeiras até mesmo na execução dos projetos da agência.

Outras grandes dificuldades da UNESCO (e, segundo me parece, também de boa parte das demais agências do sistema ONU) são: a estrutura hierárquica excessivamente vertical; a homogeneidade excessiva de métodos e procedimentos, que não contempla adequadamente as especificidades dos diferentes países em que a agência atua; a subutilização das tecnologias de informação; e a incapacidade de transformar os momentos de crise em oportunidades para renovação e melhorias. Parte da “culpa” por essa imobilidade institucional pode estar no quadro de funcionários relativamente envelhecido – o que pode ser causado, pelo menos parcialmente, pela ausência de uma política de subsídio a estágios. Os estágios nas agências do sistema ONU não são remunerados, fato que certamente “pré-seleciona” o público que concorre às vagas disponíveis (geralmente jovens com maior capacidade econômica), e isto é prejudicial para a UNESCO porque reduz a oferta de jovens aptos a ingressar na organização, e praticamente elimina a diversidade de origens socioeconômicas e visões de mundo dentre aqueles que efetivamente ingressam. Também é prejudicial, obviamente, para os jovens que têm interesse em trabalhar nas agências, mas que por dificuldades financeiras são obrigados a desistir do objetivo ou postergá-lo indefinidamente.

Especificamente no Brasil, o problema orçamentário da agência não tem sido tão grave. Em nosso país, a UNESCO tem um sistema de autofinanciamento, mediante a cobrança de uma porcentagem sobre o budget dos projetos

executados. Entretanto, como a maior parte dos projetos é feita em parceria com o governo, e os cofres públicos brasileiros enfrentam dificuldades perante a atual crise de arrecadação tributária, a situação também é delicada e pode se agravar em breve. Foi posto a cargo da UNESCO o fomento do ODS #4 (educação de qualidade para todos), um dos mais fundamentais da Agenda 2030, de modo que há uma pressão geral para que a agência se renove e se reorganize internamente. Cabe mencionar, no entanto, que na opinião do sr. Muñoz isso não está ocorrendo; para ele, a modernização institucional não dá sinais de estar avançando na organização.

O PNUD e a perseguição dos ODS no Brasil

Palestra de 29/set/2016: Niky Fabianic, PNUD

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento foi instituído em 1965, com o objetivo de contribuir na luta contra a pobreza e a exclusão social e pela redução das desigualdades. Hoje, o PNUD atua em mais 170 países, auxiliando-os a "desenvolver políticas, habilidades em liderança e em parcerias, capacidades institucionais e construção de resiliência de maneira a manter os resultados no âmbito do desenvolvimento" ²⁷. O palestrante Niky Fabianic, representante residente do PNUD no Brasil, ressaltou em sua palestra vários aspectos da atuação do PNUD, dentre os quais destacarei dois: o fomento de políticas de resiliência que possam evitar retrocesso em áreas nas quais já houve avanço rumo ao desenvolvimento; e a divulgação da agenda 2030, buscando sempre destacar o caráter holístico dos ODS.

O primeiro aspecto selecionado se relaciona ao que Fabianic chamou de "vulnerabilidade no centro da pirâmide": uma vez que políticas públicas consigam retirar pessoas da pobreza, são necessárias políticas públicas diferentes para evitar que elas voltem à situação anterior. Dentre as políticas que podem ajudar a construir a resiliência dos avanços socioeconômicos, Fabianic citou: as de proteção social (transferências, assistências e auxílios financeiros); as de acesso a ativos físicos e financeiros (crédito, moradia); as de cuidado para as parcelas

²⁷ Sobre o PNUD. Disponível em:

<http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/operations/about_undp.html>. Acesso em 04/10/2016.

mais vulneráveis da população (crianças, idosos, deficientes); as de qualificação profissional (especialmente de mulheres e jovens) e as antidiscriminação (para fazer frente aos preconceitos de raça, cor, gênero, orientação sexual, origem de migrante, etc.); além, é claro, das políticas voltadas à geração de empregos. Entre 25 e 30 milhões de pessoas na América Latina e Central se encontram atualmente em risco de cair na pobreza, o que certamente torna urgente e indispensável o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas tais como as mencionadas.

Um segundo aspecto de destaque é a missão do PNUD de divulgar os objetivos de desenvolvimento sustentável, os ODS. O palestrante reforçou bastante o caráter holístico dos 17 objetivos, ou seja, o fato de serem indivisíveis e integrados. Os ODS devem servir como ferramentas de planejamento para alinhar, nacional e internacionalmente, as políticas sociais, ambientais e econômicas, direcionando-as a uma busca do desenvolvimento que não deixe ninguém para trás.

Por último, vale a pena mencionar ainda a importância do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), apurado pelo PNUD, enquanto métrica para o acompanhamento e retificação das trajetórias de desenvolvimento. Em especial, o IDHM – ranking que utiliza dados dos censos demográficos do IBGE e a metodologia do IDH para quantificar o desenvolvimento humano dos municípios brasileiros – traz informações muitíssimo úteis acerca das desigualdades e carências apresentadas pelas diferentes regiões do país. Uma análise dos números presentes no ranking mais recente (com dados de 2010) nos dá alguma ideia do que falta para aumentar o IDH dos recantos menos desenvolvidos do país: implementar políticas públicas que ataquem de maneira vigorosa os problemas na educação de tais municípios, garantindo o acesso universal da população ao ensino básico. Outro ponto essencial é adotar medidas para a geração de empregos, fornecendo incentivos para a industrialização dessas regiões e para a expansão do setor de serviços. Mas, para que tais medidas possam ser praticadas, é preciso, em primeiro lugar, engajamento e organização da população contra o atraso, a imobilidade e o caráter oligárquico que geralmente imperam na política local dessas regiões. Nesse processo inicial de

empoderamento da população, o trabalho de organizações como o PNUD pode ser fundamental.

Considerações finais

"[...]. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Todos os países e todas as partes interessadas, atuando em parceria colaborativa, implementarão este plano. Estamos decididos a libertar a raça humana da tirania da pobreza e da penúria e a curar e proteger o nosso planeta. Estamos determinados a tomar as medidas ousadas e transformadoras que são urgentemente necessárias para direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente. Ao embarcarmos nesta jornada coletiva, comprometemo-nos que ninguém seja deixado para trás²⁸." É com essas palavras inspiradoras que se inicia o Preâmbulo da apresentação oficial da Agenda 2030 da ONU. Os dezessete ODS são um resumo do que a humanidade busca, por meio de esforços universais, concretizar no futuro próximo.

Nesse caminho, os desafios são muitos, e a cada dia aumentam em número e em complexidade. Conflitos políticos, religiosos e étnicos; crises econômicas que espalham desemprego e aumentam a vulnerabilidade socioeconômica das populações; mudanças climáticas e catástrofes naturais que trazem destruição, fome e pobreza; uma crise de refugiados para a qual os países mais desenvolvidos não parecem dispostos a dar uma resposta adequada; o rápido esgotamento e exaustão dos recursos naturais; as negociações de paz constantemente frustradas; o avanço do radicalismo e da xenofobia e a persistência dos preconceitos raciais, étnicos, de gênero e de orientação sexual. Todos esses obstáculos são imensos e podem parecer intransponíveis, mas é preciso acreditar que não são. Nas palavras de Alfred Doren: "A utopia é o espaço do desejo". E como bem complementa o professor Jacques Marcovitch: "A vontade humana, teimosa e construtiva, sempre acabará triunfando sobre as

²⁸ Vide nota número 4.

grandes dificuldades para transformar a história. Mesmo que não se saiba exatamente como se dará este aperfeiçoamento."

De fato, acredito que o ser humano possui a capacidade intelectual para solucionar os problemas que ele próprio causou. E possui também a capacidade moral de desenvolver a solidariedade e a empatia necessárias à construção de uma paz mundial duradoura. O futuro pode, sim, nos levar ao desenvolvimento "sustentado, inclusivo e sustentável" que tanto almejamos em nossos corações – desde que "façamos do futuro a nossa luta de todos os dias, e não uma possibilidade sempre aberta ao adiamento" [MARCOVITCH]. As crianças e jovens de hoje - e eu mesma me incluo aqui - já dão claros sinais de possuírem uma mentalidade muito diferente das gerações anteriores, uma mentalidade disposta a corrigir os erros do passado e encontrar novos caminhos para o futuro. É urgente a necessidade de disseminar valores e ambições que convidem à paz e ao entendimento, à colaboração e à tolerância, e que possam inspirar esses agentes do futuro para a longa e árdua caminhada que têm diante de si. Nesse contexto, o papel do trabalho que desenvolvem as organizações internacionais - especialmente a ONU e suas agências especializadas - é fundamental. Como espaços multilaterais de deliberação e decisão, as OIGs estabelecem um modelo de diálogo amplo e objetivos coletivos que deve ser perseguido. Conhecer melhor o funcionamento e a relevância dessas organizações é não apenas útil, mas também inspirador. E é por isso que o curso de Temas e Práticas em Relações Internacionais é tão relevante: tem função não apenas de informar, mas também de ajudar a desenvolver a visão de futuro dos agentes que participarão da construção do desenvolvimento que desejamos para nosso país, e para toda a humanidade.

Referências bibliográficas

HERZ, Mônica; HOFMANN, Andrea Ribeiro. Organizações Internacionais: história

e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, 10ª reimpressão. 9-31 p.

SILVA FILHO, Augusto Sousa da. Estatísticas e Retrospectos da Educação a

Distância no Brasil. Revista de Educação, Vol. XII, nº 14, 2009, p. 176-178.

Disponível em:
<http://www.pucrs.br/famat/viali/tic_literatura/artigos/ead/1160.pdf>.

Acesso em 04/10/2016.

Banco Mundial. 2016. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2016:

Dividendos Digitais - Overview booklet. Banco Mundial, Washington, D.C.

Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO. Disponível em:

<<http://tinyurl.com/hkbzm9q>>. Acesso em 04/10/2016.

MARCOVITCH, Jacques. O Brasil no futuro do mundo. Revista da Academia Brasileira de Letras, n. 77, p. 115-128, 2013.

Entidades Multilaterais, Relações Internacionais e os ODS 2030

Oscar Jun Iguchi²⁹

Número USP: 3706600

1. Introdução

O presente ensaio destina-se a realizar uma análise crítica dos seminários apresentados no decorrer da primeira parte da disciplina BRI-0001 “Temas e Práticas em Relações Internacionais”.

O principal objetivo do curso parece ser induzir no corpo discente o espírito crítico e reflexivo sobre os conhecimentos, habilidades e atitudes necessários à formação pessoal e profissional de cada um, objetivando a sua auto realização como agente catalizador de transformações.

²⁹ Aluno de Graduação da Faculdade de Direito do Largo São Francisco – USP. Servidor Público.

O instrumental utilizado para propiciar essa inflexão é a observação e a troca de experiências não só entre os alunos dos diversos cursos, com diferentes pontos de vistas e perspectivas profissionais, mas principalmente com os palestrantes convidados, todos eles profissionais de destaque na direção regional de diversos organismos internacionais – OIT, OMS/OMPAS, UIT, UNESCO, PNUD – entidades ligadas ao Sistema ONU e engajadas na busca dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Os palestrantes são pessoas que chegaram a cargos decisórios no âmbito das relações internacionais sem precisar passar pelos órgãos oficiais do governo brasileiro, como o Itamaraty. Chegaram nesses postos, portanto, por mérito próprio, sem a necessidade de “fazer política” nos corredores de Brasília, ou seja, são pessoas que falam em nome do órgão a que se vinculam e não em nome de governos, fato que garante aos alunos a oportunidade de testemunharem a exposição de visões autênticas e, em tese, pouco sujeita a ideologias políticas nos seminários ministrados.

Cada um dos seminários foi, regra geral, dividido em quatro partes principais, sendo: 1) a apresentação do palestrante, com ênfase à trajetória que os levou a ocupar o posto que hoje ocupa na organização multilateral em que trabalha; 2) Apresentação e contextualização da organização multilateral; 3) Relacionamento dessa organização com os ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; 4) Perguntas e Respostas.

O foco da disciplina, portanto, foi mostrar que as organizações internacionais são conduzidas por pessoas comuns que buscaram a qualificação necessária para pertencer a seus quadros, e não por burocratas politicamente indicados. A primeira parte do curso objetivou demonstrar como, cada uma a seu modo e dentro de suas limitações, as instituições multilaterais têm contribuído para a implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 – ODS (ONU, 2015) (PNUD, 2015).

Ao decorrer do curso foi ficando cada vez mais claro que, embora sujeitos a turbulências políticas (como é o caso da UNESCO) os organismos internacionais multilaterais se distinguem por suas decisões técnicas. As decisões tomadas não são diretamente subordinadas a um ou outro país, mas acabam sendo frutos da visão e do empenho das pessoas que trabalham nesses

organismos internacionais multilaterais e que desenvolvem projetos e programas destinados a transformar realidades, rumo a um mundo mais sustentável.

Os palestrantes possuem em comum a atitude voltada para a crença de que cada um de nós é capaz de fazer a diferença, pois até mesmo a decisão sobre um simples padrão técnico de telecomunicações pode impactar o modo como milhares de pessoas terão acesso a serviços informacionais melhores e mais confiáveis, podendo influenciar o acesso à saúde e à educação.

2. O Brasil no futuro do mundo

Jacques Marcovitch

Jacques Marcovitch nos instiga a pensarmos em nós mesmos, refletindo sobre nossa formação e nosso autoconhecimento com vistas a que aprendamos a nos encaixar em um mundo em constante mutação e transformação.

Para tanto, ele convida os alunos a pensarem em 4 ícones: círculos concêntricos que se expandem, letra grega “pi”, triângulo e arcos concêntricos, cada qual representando diversos aspectos que definem questões com que toda pessoa se depara ou já se deparou. Os círculos concêntricos que se expandem simbolizam que quanto mais se aprende, maior se torna a fronteira com o desconhecido. Ou seja, que a aquisição de conhecimento abre novas possibilidades, em um processo contínuo. A letra “pi” representa o dilema entre ser generalista ou especialista. O triângulo representa as bases e princípios sobre os quais se formam as pessoas: poder, valores e resultados.

É com base nesse autoconhecimento sobre quais são os seus próprios valores e objetivos que cada um pode determinar o seu espaço no mundo, o que deseja construir ou atingir e de qual forma se pode construir um futuro melhor. São muitas as áreas possíveis de atuação a quem se dispõe a fazer algo pelo mundo, pois a cada dia se abrem novas fronteiras, ocorrem rupturas com modelos obsoletos e se lançam novos desafios.

O mundo atual (e o próprio Brasil, como ator político relevante no globo) passa pelas incertezas trazidas pelas mudanças demográficas, questões de segurança alimentar e energética, adversidades e desafios sociais, custos de oportunidade, riscos de ordem econômica (cambiais, de finanças públicas, de protecionismo), geopolítica (epidemias, intolerância étnico-religiosa, fluxos

migratórios), tecnológica (segurança das redes e infraestrutura de TI, cibercrime) e ambientais (poluição, escassez de recursos naturais, mudanças climáticas, etc). Todas essas questões se apresentam como desafios a serem resolvidos pela gerações atuais e vindouras. As ODS 2030 (ONU, 2015) (PNUD, 2015) apresentam objetivos que, se atingidos, possibilitarão a superação de diversos problemas atuais e a mitigação dos riscos futuros. O professor convida os alunos a descobrirem qual será seu papel no contexto apresentado.

3. Origens e características das organizações multilaterais

Pedro Dallari

O objetivo do seminário foi introduzir aos alunos conceitos e noções gerais, mas relevantes, sobre os atores no cenário internacional. São eles: os Estados, as organizações internacionais intergovernamentais e as organizações de vocação internacional, como as empresas multinacionais e as ONGs internacionais (HERZ, 2004).

Também foi objetivo da apresentação esclarecer e delimitar as diferenças entre os diversos conceitos utilizados. Desse modo, o foco foi facilitar a compreensão dos próximos seminários com a possibilidade de que melhor fossem contextualizadas as entidades internacionais.

A primeira parte do seminário abordou o conceito e evolução dos conceitos de Estado e soberania, passando pela importância da Paz de Westphalia, pelo surgimento e amadurecimento do Direito Internacional, materializado pelos tratados internacionais, como o de Tordesilhas e também o de Methuen. Ficou claro que o desenvolvimento científico-tecnológico incrementa o grau de interatividade internacional, forçando os Estados a se readequarem a esse novo cenário.

Os entes intergovernamentais são organizações constituídas por Estados, por meio de tratados internacionais, que possuem personalidade jurídica internacional e não se submetem a nenhum direito nacional. Não se pode confundir as organizações internacionais com seus órgãos internos.

As ONGs internacionais e empresas multinacionais sempre acabam tendo uma nacionalidade, pois possuem sede em algum país e seguem sua legislação. É fato que, geralmente, possuem diversas sedes regionais em diversos países,

cada qual sujeita ao ordenamento jurídico interno daquela localidade, mas agem de forma coordenada, como se um ente único elas fossem.

4. Trabalho decente e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) - Peter Poschen Diretor do Escritório da OIT no Brasil Setembro

Peter Poschen é um idealista que sempre se interessou pelos temas “desenvolvimento” e “Meio Ambiente” e encontrou na OIT uma oportunidade de misturar suas duas vocações, trabalhando com temas relacionados a trabalho e meio ambiente, mudanças climáticas e, mais atualmente, “Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável”, temas umbilicalmente ligados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2030.

Os objetivos e área de atuação da OIT são intrinsecamente ligados à persecução dos ODS, uma vez que o tema trabalho se liga às três esferas do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. A busca pelo respeito aos direitos humanos, direitos trabalhistas e justiça social pauta a área de atuação da OIT. Isso fica patente na busca desse organismo pelo Trabalho Decente para todos.

Do ponto de vista ambiental, a OIT se preocupa com a necessidade de reduzir as emissões de gases do efeito estufa e o impacto que isso terá sobre a vida das pessoas que dependem dessas atividades emissoras de gases do efeito estufa para sobreviverem. Para tanto, realiza estudos que almejam possibilitar uma transição justa de modelo, rumo a uma economia verde, sem penalizar ainda mais os países mais pobres.

A OIT busca uma sociedade mais produtiva, mais dinâmica e mais flexível. Por isso, estimula que seus membros realizem reformas legislativas, mas com cuidado para que não precarizem as relações de trabalho.

Para alcançar objetivos tão amplos, a OIT trabalha em constante cooperação técnica entre os países e dentro deles, em suas diversas esferas de poder com diversos projetos dentro do Brasil e outros países, travando parcerias com diversas esferas governamentais e desenvolvendo outras ações, em busca do trabalho decente para todos.

5. Saúde e bem-estar para todos e a Organização Mundial da Saúde

Joaquín Molina - Representante da OMS/OPAS no Brasil

Joaquín Molina é um cubano que, embora faça muitos sacrifícios pessoais pela OPA, especialmente no âmbito familiar, se considera feliz. E isso é um indicativo de que está satisfeito com os frutos de seu trabalho e que a OPAS vem cumprindo satisfatoriamente com sua missão institucional, contribuindo para o atingimento direto do ODS 3 e indiretamente para os outros ODS, que dependem de cidadãos saudáveis para serem atingidos.

A OPAS é mais antiga que a própria OMS, pois foi a ela incorporada à ONU em 1949 (OPAS, 2016). Atualmente ela faz o papel de escritório regional da OMS para o continente americano.

A OMS tem desenvolvido um plano de ação "multi front" no Brasil. Além de acompanhar atentamente a situação da saúde pública nacional, com o constante intercâmbio de informações, cooperação técnica e operacional entre os diversos atores governamentais e privados (sem nunca realizar cooperação com os setores do álcool e do tabaco), também realiza o trabalho em redes, promove cooperação internacional entre os diversos órgãos e países, acompanha o cumprimento dos compromissos internacionais, pratica a gestão do conhecimento e estimula à superação das iniquidades em saúde.

Para o Brasil, as principais metas a serem cumpridas são a 3.1, referente à redução da mortalidade materna, especialmente porque no Brasil esse índice é muito elevado e poderia facilmente ser baixado significativamente se houvesse a descriminalização do aborto e o incentivo ao parto natural; a 3.8, relativa à cobertura universal da saúde; e a 3.c, relativa à criação de infraestrutura e capacitação de mão de obra para tratar as pessoas nos países de menor desenvolvimento relativo. Em relação às duas últimas metas, seu atingimento se relaciona ao Programa Mais Médicos, apoiado pela OPAS.

6. A revolução digital e a União Internacional de Telecomunicações

Bruno Ramos – Chefe do Escritório da UIT para a região das Américas

O seminário de Bruno Ramos trouxe para o centro das atenções uma organização internacional de caráter altamente técnico, a mais antiga organização multilateral do mundo, cuja principal atribuição é o estabelecimento de protocolos técnicos em telecomunicações, os padrões internacionais que sustentam as redes de comunicações globais.

A comunicação é base de desenvolvimento e inclusão. Os problemas tecnológicos em telecomunicações não envolvem apenas engenharia, pois impactam na vida das pessoas e das comunidades.

O palestrante conta que, embora o trabalho na UIT tenha impacto direto na vida das pessoas, a maior parte da normatização do setor não é desenvolvida no Brasil, mas acaba sendo copiada ou imposta, por se referir a tecnologias e padrões criados e estabelecidos por grandes corporações internacionais. O mercado brasileiro acaba sendo limitado a simplesmente implementar o que vem de fora, não lhe cabendo a tarefa criativa em termos de hardware e infraestrutura.

É por esse motivo que fazer parte da UIT significa estar na vanguarda do desenvolvimento tecnológico e ter a oportunidade de mostrar quais são as prioridades do Brasil e demais países em desenvolvimento em telecomunicações e quais padrões técnicos melhor atendem a essas necessidades. Tais necessidades envolvem a inclusão digital, o acesso ao conhecimento a um custo menor, a diminuição da desigualdade, o aumento da produtividade, a elevação da governança global, a redução dos riscos de concentração e a consequente promoção do desenvolvimento (BANCO MUNDIAL, 2016).

A revisão dos marcos legais em telecomunicações é um dos objetivos da UIT, pois ela criará ambientes regulatórios propícios à implantação de novas tecnologias e desenvolvimento de projetos e aplicações nos países que atendam às necessidades específicas dos países. Nota-se que, ainda que não seja evidente, a UIT tem papel crucial no atingimento dos ODS 2030, uma vez que a busca pelo desenvolvimento social, econômico e sustentabilidade ambiental, com redução das desigualdades são diretamente impactadas pela acessibilidade digital.

7. O que faz a UNESCO no Brasil?

Lucien André Muñoz – Representante da UNESCO no Brasil.

A UNESCO é a Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura. Seu surgimento se deu no contexto da Guerra Fria, época em que havia um intenso bipolarismo mundial, protagonizado entre EUA e URSS. Naquela época, a ideia de cooperação técnica entre os países, transferindo-se conhecimento, modelos e boas práticas dos países desenvolvidos aos subdesenvolvidos fazia sentido em uma estratégia de “boa vizinhança” e de real preocupação que as potências tinham de ajudar seus aliados.

No entanto, o mundo hoje está globalizado, multipolar e organizado em blocos, com países em diferentes estágios de desenvolvimento relativo, havendo a profusão de centros de conhecimento ao redor do mundo, tanto em países desenvolvidos como naqueles menos desenvolvidos. Atualmente, os problemas são mais complexos, necessitando coordenação, cooperação e sinergias tanto entre os governos quanto entre as entidades multilaterais e existem diversas métricas de mensuração do desenvolvimento dos países (IDH, PIB, GINI, liberdades individuais, etc). Ou seja, o mundo está muito diferente daquele contexto em que fora criada a UNESCO, o que torna difícil a atuação desse organismo internacional.

Atualmente, a UNESCO se encontra em crise financeira porque os EUA suspenderam suas contribuições. Encontra-se, também, em crise institucional por ser um organismo internacional que não consegue se adequar do jeito que gostaria a essa nova realidade dos tempos contemporâneos.

Para melhor lidar com esse cenário, é que a UNESCO busca se reinventar e reestruturar procedimentos e técnicas para melhor lidar com as necessidades do mundo atual. No entanto, tais mudanças são lentas e morosas, por dependerem da aprovação dos Estados Membros.

No Brasil, a UNESCO já consegue operar sob um modelo de negócios sustentável, que lhe permite, por meio de parcerias públicas e privadas, desenvolver um conhecimento que será agregado a outros projetos ao redor do mundo.

O importante a ressaltar é que a UNESCO tem essa percepção clara de que os ODS não se atingem isoladamente, mas sim em conjunto. Portanto, o

atingimento da ODS 4 (Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos) favorece e também é favorecido pelo atingimento das outras ODS, relacionadas ao emprego, ao desenvolvimento, à igualdade, à saúde, à erradicação da pobreza, etc.

8. O PNUD e os Desafios do Desenvolvimento Sustentável no Brasil

Niky Fabiancic – Representante residente do PNUD no Brasil

Niky Fabiancic vem fechar o primeiro ciclo do curso com seu seminário sobre o PNUD, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, mostrando um pouco do processo histórico que levou ao estabelecimento dos ODS e sua relevância para um mundo melhor, mais justo, menos desigual e mais sustentável.

Os ODS vieram substituir os ODM (Objetivos do Milênio), os quais eram desdobrados em 8 metas a serem atingidas entre os anos de 2000 e 2015. Eram metas prioritariamente sociais e econômicas, mas sem muita integração com a sustentabilidade ambiental. À medida que o ano 2015 ia se aproximando, começou-se a pensar um novo conjunto de metas em substituição aos ODM.

Os ODS começaram a tomar corpo na Rio+20, encontro que celebrou os 20 anos da Rio 92 e que também tinha sua própria gama de objetivos ambientais. Os ODS surgiram de modo a unificar as agendas dos ODM e da Rio 92 e estabelecer objetivos mais audaciosos e integrados, uma agenda mais holística e universal, atingível por meio da integração e da cooperação entre os diversos atores políticos, sociais, econômicos e ambientais, públicos ou privados. Desse modo, se protegeriam as conquistas já atingidas pelas agendas existentes até então, se tentaria evitar retrocessos e seria possível prover os entes políticos de ferramentas (os próprios ODS) que orientassem a elaboração de políticas públicas mais integradas e que girassem em torno da valorização dos 5 P's - Pessoas, Parcerias, Prosperidade, Planeta e Paz (PNUD, 2015)

Fabiancic identifica que, no Brasil, a agenda ODS 2030 seria mais facilmente atingida se fosse repensada a forma de organização da ação estatal, uma vez que em nosso país os orçamentos estatais são alocados por Ministério

e as metas são estabelecidas com base em atribuições de competência específicas para cada ente estatal, quase sem sinergia nem cooperação interministerial. Contudo, o ideal seria que todos os órgãos do aparelho estatal brasileiro fossem capazes de pensar e agir conjuntamente, objetivando o atingimento dos ODS, pois a melhoria da saúde, da educação e das condições de trabalho não passa exclusivamente por ações executadas apenas pelos Ministérios e Secretarias de Governo de mesmos nomes, mas passa por um trabalho multifacetado e pluriorientado.

9. Comentários Finais

O ciclo de seminários que se encerrou, referente aos meses de setembro e outubro, foi muito além do que simplesmente explicar a estrutura, história e forma de atuação dos organismos multilaterais que se fizeram presentes por meio de seus representantes. Tal ciclo foi capaz de demonstrar que é por meio da ação de pessoas comuns que se traçam os caminhos que possibilitam o desenvolvimento sustentável.

Os palestrantes não são pessoas que “nasceram sabendo”, com apadrinhamento político ou com algum dom para trabalhar nas organizações multilaterais em que exercem suas atividades profissionais. São simplesmente pessoas ativas, que agem buscam legar às futuras gerações um mundo melhor, mais desenvolvido e mais sustentável do que o recebido de nossos pais.

Do ponto de vista institucional e profissional, foi possível perceber que o mundo atual exige que as pessoas façam conexões, que elas interajam, que conheçam umas às outras e que saibam a quem recorrer para a solução de etapas específicas dos problemas complexos que se apresentam diante de nós. Nenhum problema é simples, mas pode-se dizer que atualmente os problemas se apresentam do modo multifacetado e multivariável, com graus de profundidade e complexidade anteriormente ignorados, mas que não podem mais deixar de serem levados em consideração. Para tanto, é necessário desenvolver canais privilegiados de comunicação entre os diversos atores comprometidos com o atingimento dos ODS 2030, de modo a criar redes de cooperação, tanto em nível nacional quanto em nível mundial.

10. Bibliografia

BANCO MUNDIAL. “Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2016: Dividendos Digitais”. Overview booklet. Banco Mundial, Washington, D.C. Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO, 2016.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. Organizações internacionais: histórias e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MARCOVITCH, Jacques. O Brasil no futuro do mundo. Revista Brasileira, Fase VIII (out., nov., dez.), ano II, nº 77. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2013.

OPAS. Publicação de apresentação da OPAS/OMS. Brasília, 2016. Disponível em <http://www.paho.org/bra/images/stories/GCC/portifolio%20opas%202016%20web%2001.pdf>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>

PNUD. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2030. 2015. Disponível em: <http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015.html>
